

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM GOVERNANÇA GLOBAL E
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS

Leonardo Soares Alexandre

China na ONU: Operações de Paz, Segurança e Desenvolvimento

São Paulo

2023

Leonardo Soares Alexandre

China na ONU: Operações de Paz, Segurança e Desenvolvimento

Dissertação submetida ao Programa de Estudos Pós-graduados em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais como requisito para obtenção do título de **Mestre** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Orientadora: Profa. Dra. Luiza Rodrigues Mateo

SÃO PAULO

2023

Leonardo Soares Alexandre

China na ONU: Operações de Paz, Segurança e Desenvolvimento

Dissertação submetida ao Programa de Estudos Pós-graduados em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais como requisito para obtenção do título de **Mestre** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Luiza Rodrigues Mateo

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luiza Rodrigues Mateo (orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Tadeu Morato Maciel
Universidade Federal Fluminense (UFF)

São Paulo, ____ de _____ de 2023.

Resumo

A ascensão da China nas últimas décadas é um fenômeno que tem gerado debates e estudos sobre seu potencial impacto em diversas áreas da ordem internacional. Entre elas, é possível destacar as áreas de desenvolvimento e segurança. Relacionado à essas duas áreas, existem referências na literatura sobre a existência de uma abordagem de paz propriamente chinesa, que contém estratégias de resolução de conflito envolvendo desenvolvimento e segurança, também conhecida como *developmental peace*. Esse trabalho busca analisar a atuação da China nesses setores sob a ótica da ONU e das Operações de Paz, das quais a China é um ator-chave, com o propósito de verificar se o país projeta sua agenda de desenvolvimento e segurança por meio de sua participação nessas operações. Para isso, foi realizado um estudo de caso com foco no engajamento da China na resolução do conflito no Sudão do Sul, país que mais recebe *peacekeepers* chineses, de modo a averiguar se a atuação chinesa contém elementos da *developmental peace*. Os indícios levantados pelo estudo parecem confirmar a aplicação desses elementos no contexto do conflito sul-sudanês, posicionando a agenda chinesa de desenvolvimento e segurança como possível alternativa à agenda liberal nas Operações de Paz da ONU.

Palavras-chave: China, ONU, Operações de Paz, Sudão do Sul, *developmental peace*.

Abstract

The rise of China in recent decades is a phenomenon that has generated debates and studies regarding its potential impact on several areas of the international order. Among them, it is possible to highlight the areas of development and security. Related to these two areas, there are references in the literature about the existence of a distinctly Chinese approach to peace, which contains strategies for conflict resolution involving development and security, also known as developmental peace. This work seeks to analyze China's behavior in these sectors from the perspective of the UN and Peacekeeping Operations, of which China is a key player, with the aim of verifying whether the country promotes its development and security agenda through its participation in these operations. To that end, a case study was conducted focusing on China's engagement in the resolution of the conflict in South Sudan, the country that receives the highest number of Chinese peacekeepers, in order to ascertain if China's behavior contains elements of developmental peace. The evidence gathered by the study seems to confirm the application of these elements in the context of the South Sudanese conflict, positioning China's development and security agenda as a possible alternative to the liberal agenda in UN Peacekeeping Operations.

Keywords: China, United Nations, Peacekeeping Operations, South Sudan, developmental peace.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OPERAÇÕES DE PAZ: EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO	8
2.1	Operações De Paz E Sul Global	12
3	A ASCENSÃO DA CHINA	16
4	CHINA NA ONU	20
5	CHINA E OPERAÇÕES DE PAZ	23
5.1	Motivações E Objetivos	26
5.1.1	Projeção de Imagem.....	27
5.1.2	Experiência do Exército.....	27
5.1.3	Proteção de interesses econômicos.....	28
5.1.4	Fortalecimento da ONU e do Multilateralismo.....	29
6	DEVELOPMENTAL PEACE: SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO	31
6.1	Discursos E Documentos	37
7	ESTUDO DE CASO: SUDÃO DO SUL	41
7.1	Relação Sudão-China Pré Independência Do Sudão Do Sul	41
7.1.1	Sudão e o Petróleo.....	42
7.1.2	Fim da Guerra no Sudão e o início de processo de Independência do Sudão do Sul.....	44
7.2	Independência E Guerra Civil: Início Da Unmiss	45
7.3	Atuação Da China No Sudão Do Sul: Evidências De Developmental Peace?	46
8	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1 INTRODUÇÃO

A rápida ascensão da China e seus impactos na ordem internacional vem atraindo grande atenção do mundo. Essa questão tem sido foco de muitas análises e debates nos mais diversos campos, desde as Relações Internacionais até os campos do Meio Ambiente e Tecnologia. Dentre os mais variados campos de estudos sobre a China, esse trabalho se propõe a analisar a atuação desse país dentro da ONU.

A escolha da ONU como parte do estudo se dá por conta da sua grande importância na ordem internacional do Pós-Segunda Guerra Mundial. Há mais de 70 anos ela serve como espaço de debate sobre política internacional, tendo quase todos os países do planeta como membros, fazendo da ONU, assim, a maior organização do sistema internacional. As decisões do seu Conselho de Segurança e Assembleia Geral têm impactos reais na geopolítica mundial, servindo como plataforma de projeção da agenda internacional dos países membros, principalmente das grandes potências. Procuraremos verificar como a China, aspirante ao status de grande potência, utiliza o espaço político da ONU como parte da sua estratégia de ascensão internacional.

Mais especificamente, o problema dessa pesquisa é: a China projeta sua agenda internacional de desenvolvimento e segurança por meio de sua participação nas Operações de Paz (Peacekeeping Operations, PKO) da ONU? A agenda da China nesses dois campos difere da agenda liberal dominante na ordem internacional atual. Sendo assim, analisá-los sob a ótica do ONU pode ajudar a refletir sobre o grau de alterações que a China pode trazer para o sistema internacional. O papel da China nas PKOs é relevante pois a China é o segundo maior contribuidor financeiro das operações de paz e o décimo maior contribuidor de pessoal, sendo o maior entre os membros permanentes do Conselho de Segurança (PEACEKEEPING, 2023). Levando em conta esse engajamento, a hipótese da pesquisa é de que a China, por meio da sua participação nas PKOs, exporta sua agenda de desenvolvimento e segurança aos países receptores, posicionando-a como alternativa à agenda liberal aplicada nas últimas décadas.

O trabalho se divide em 7 partes. Após a introdução, serão analisadas as Operações de Paz em si, traçando um histórico de como elas têm sido uma ferramenta

da ONU para lidar com as questões de segurança mundial. Em seguida, será feita uma breve análise da ascensão da China nas últimas décadas, fazendo uma conexão entre o chamado “século da humilhação” (1839-1949) com sua política externa atual, trazendo também o debate sobre o status revisionista ou de status quo da China em relação à ordem internacional e o recente aumento de assertividade da política externa chinesa sob o governo de Xi Jinping. Em quarto lugar, a atuação da China na ONU será discutida, trazendo um pouco do histórico desde o seu início em 1971, até o papel mais assertivo que a China passou a ter na organização nos últimos anos. Após essa análise geral da atuação da China na ONU, o foco passará a ser especificamente o papel da China nas Operações de Paz. Além do histórico de evolução do papel chinês nas PKOs, também serão averiguadas as possíveis motivações e objetivos para seu engajamento.

Na sexta parte, será analisado o conceito de *developmental peace* e a abordagem de resoluções de conflito com características chinesas. Apesar do termo *developmental peace* ainda não ter sido incorporado oficialmente como princípio da política externa da China, elementos ligados a esse conceito têm aparecido recorrentemente não apenas em discursos e documentos oficiais, como também em iniciativas chinesas em regiões de conflito. Por fim, será apresentado um estudo de caso sobre o Sudão do Sul, país que possui um relacionamento estreito com a China, e o que mais recebe *peacekeepers* chineses (PEACEKEEPING, 2023). Será feito um breve histórico das relações entre os países, desde o período pré-independência do Sudão do Sul, passando pelo *boom* do petróleo na virada do século XXI e chegando ao período da Guerra Civil do país. Nesse estudo, buscaremos averiguar se o engajamento da China em relação ao conflito no Sudão do Sul contém elementos de *developmental peace* que possam estabelecer uma abordagem de paz chinesa, analisando as iniciativas da China no país sob a ótica dos principais pontos desta abordagem.

2 OPERAÇÕES DE PAZ: EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO

Por mais de 70 anos, as Operações de Paz (PKOs) têm sido uma ferramenta da ONU nas questões de segurança global, com mudanças importantes no propósito e operacionalização das PKOs. Nas décadas de 1950 e 60, o mundo passava pelo processo de descolonização, com vários Estados do Sul Global alcançando sua independência. Essas grandes mudanças na ordem internacional acabaram gerando conflitos e, como reação a eles, surgiram as primeiras grandes PKOs. Dentre elas podemos destacar a UNEF, criada em 1956 para gerenciar a retirada das tropas da França, Reino Unido e Israel após a Crise do Suez no Egito (GOWAN, 2018; BOULDEN, 2015).

No período da Guerra Fria, as missões de PKOs eram pautadas por princípios mais próximos do Cap VI da Carta da ONU, o qual trazia uma abordagem focada na solução pacífica de controvérsias. Muitas vezes é usado o termo “Cap VI e meio”, pois normativamente as PKOs não estão estipuladas em nenhum capítulo da carta, então elas teoricamente se situariam entre o Cap VI e o VII, que é focado em ações mais incisivas, permitindo o uso da força (MACIEL; LEAL, 2019; WEISS; 2016). As missões seguiam uma abordagem westfaliana, com respeito integral à soberania dos países, baseado na *Holy Trinity* de princípios: consenso das partes, imparcialidade e uso da força apenas para defesa própria (KENKEL, 2013).

A disputa geopolítica entre as duas superpotências, EUA e URSS, impediu que o Conselho de Segurança entrasse em consenso para a aprovação de mais missões. Com isso, no período entre 1964 e 1987, houve aprovação de apenas 6 novas missões, metade delas relacionadas ao conflito entre árabes e israelenses. A mais simbólica delas foi a UNIFIL, lançada em 1978 no Líbano, a qual tinha pouco suporte do Conselho de Segurança e não contava com o consentimento de todas as partes envolvidas no conflito. Com um mandato complexo e pouco factível em relação ao contexto do conflito, acabou sendo considerada um fracasso na época. Não coincidentemente, nenhuma nova PKO foi aprovada por um período de 10 anos (NOVOSSELOFF, 2015; KOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015).

Com o fim da Guerra Fria e com a nova ordem mundial que surgia, as PKOs entraram em uma nova fase no início dos anos 1990. Os conflitos entre Estados diminuíram, porém houve um aumento dos conflitos internos, fazendo com que, nesse contexto, a ONU passasse a ser vista como o principal ator capaz de intervir na resolução desses conflitos e preservar a paz. Aliado ao fato de que o Conselho de Segurança estava menos travado por conta do fim do embate bipolar entre URSS e Estados Unidos, nesse período houve um aumento considerável do número de PKOs. Entre 1988 e 1998, foram autorizadas 34 novas missões, quase o triplo da quantidade aprovada até então. Nessa época, também foi criado o Departamento de Operações de Paz (DPKO) (NOVOSSELOFF, 2015; KOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015; WEISS, 2016).

O fim da Guerra Fria também representou o triunfo do liberalismo ocidental sobre o comunismo soviético, o que fez com que a ONU passasse a adotar uma agenda de maior consonância com os conceitos ocidentais de democracia. Um exemplo disso é a aprovação de uma resolução pela Assembleia Geral em 1991, a qual destaca a efetividade de eleições democráticas na promoção de direitos humanos (PARIS, 1997). Essa guinada liberal teve efeitos nas PKOs, que, para além da contenção do conflito, passaram ter atribuições na prevenção deles, incorporando o conceito de *peacebuilding*, o qual teve sua importância ressaltada no relatório *An Agenda for Peace*, de autoria do secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 1992 (UNITED NATIONS, 1992).

Com isso, as operações passaram a interferir nas questões domésticas dos Estados atingidos, fazendo surgir uma interpretação pós-westfaliana do conceito de soberania, que já não era mais absoluta, mas relativa, de acordo com as condições de cada Estado (KOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015; GOWAN, 2018; NEWMAN, 2009). Temos aí a aplicação do conceito de segurança humana, o qual coloca a segurança individual das pessoas como foco principal, contrastando com o pensamento dominante até então, de que o assunto segurança dizia respeito apenas às relações entre Estados (WEISS, 2016; THOMAZ; TOW, 2002). Tal conceito contém dois aspectos de proteção à vida humana: proteção contra o subdesenvolvimento e proteção contra a violência física, trazendo assim um nexo entre segurança e desenvolvimento. (MACIEL, DUARTE, 2019).

Posteriormente foi criado o conceito de *Responsibility to Protect* (R2P), seguindo a lógica da primazia da vida humana individual sobre a soberania absoluta do Estado. Segundo esse entendimento, se um Estado perdesse a capacidade de proteger a sua população, isso se tornava um problema de segurança internacional, legitimando uma intervenção externa para garantir os direitos humanos daquela população local (GARWOOD-GOWERS, 2016; NEWMAN, 2009; WEISS, 2016).

Além disso, as operações passaram a ser pautadas pelo capítulo VII da Carta, o qual trazia o *peace enforcement* como nova modalidade de intervenção, não necessitando mais do consenso das partes e ampliando o escopo de motivações para intervenções de paz e segurança, que agora envolviam desenvolvimento e governança (WEISS, 2016) (MACIEL; LEAL 2019).

As atribuições de *peacebuilding* são multidimensionais, pois envolvem as áreas de segurança, governança, desenvolvimento e ajuda humanitária (NEWMAN; PARIS. RICHMOND, 2009) e foram exercidas com base na agenda liberal dominante da época. Foram importados para os países hóspedes os conceitos de democracia ocidental e economia de mercado, baseando-se no argumento de que países com essas características teriam menor risco de entrar em conflito novamente. Sendo assim, quase todas as operações da época envolveram organizações de eleições e reformas neoliberais de mercado, envolvendo uma grande gama de atores, como Estados estrangeiros, ONGs, instituições financeiras como o Banco Mundial e empresas privadas. Esse conceito de *peacebuilding* é chamado também de *liberal peace* (NEWMAN; PARIS. RICHMOND, 2009; PARIS, 1997)

Analisando as PKOs do período, houveram alguns casos que foram considerados sucessos pela ONU, muitas vezes apenas porque eleições foram organizadas como planejado. Contudo, Paris (1997) aponta que países que conseguiram certa estabilidade política acabaram passando por dificuldades de desenvolvimento por conta das reformas neoliberais. Essas reformas fizeram os governos tomarem medidas de austeridade graças às condicionalidades impostas pelas instituições financeiras internacionais. Exemplos dessa situação são El Salvador, Moçambique e Camboja. Segundo o autor, o único caso com resultados políticos e econômicos satisfatórios foi a Namíbia (PARIS, 1997).

A década de 1990 também ficou marcada por dois estrondosos fracassos: os casos da Ruanda e da Bósnia. Ambas são marcadas pela passividade e inação das tropas, incapazes de evitar massacres em áreas que estavam sob a “proteção” da ONU. Esses dois desastres possuem causas comuns, pois eram locais que sofriam com um grande nível de violência contínua e onde os recursos disponíveis para as PKOs eram escassos. Somado a isso, também havia pouca vontade política dos atores externos (Conselho de Segurança e outros Estados) de intervir com mais assertividade (KOOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015; GOWAN, 2018).

Na virada do século, a ONU procurou revisar a atuação das PKOs da década de 90, a fim de detectar e corrigir as suas falhas. O resultado disso foi o Brahimi Report, relatório lançado em 2000, que recomendava melhorias em 4 áreas: processo de decisão mais ágil; mandatos mais realistas com objetivos alcançáveis; maior rapidez no envio de tropas; e principalmente, a questão da proteção de civis. O princípio de imparcialidade das PKOs não poderia servir como motivo de inação no momento de proteger civis. Na prática, essa relação de imparcialidade e proteção a civis acabou gerando várias controvérsias entre os atores externos e as partes envolvidas no conflito. Em alguns casos, essa proteção se limitava apenas a civis que estivessem sofrendo ameaça iminente de morte ou àqueles que se localizavam nas áreas protegidas pelas PKOs. Em todo caso, proteção de civis se tornou um dos principais objetivos de quase todas as PKOs iniciadas nesse século. (KOOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015).

Outra característica desse período foi a alta concentração de missões no continente africano, com 14 PKOs sendo autorizadas na região entre 2000 e 2013. Além disso, as atividades multidimensionais continuaram, com mandatos abrangendo suporte às instituições políticas e à segurança dos países. Os recursos humanos e financeiros das operações também aumentaram, chegando a 100.000 *peacekeepers* em 2010, com um custo anual de aproximadamente US\$ 7 bilhões (KOOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015).

Houve também a expansão das parcerias entre as Operações de Paz da ONU e instituições regionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia e União Africana (AU). Há três tipos de missões entre organizações: sequenciais (quando uma organização dá início a uma missão e posteriormente outra

organização assume); paralelas (quando duas organizações atuam ao mesmo tempo com missões diferentes no mesmo local); e integradas (quando duas organizações atuam em conjunto na mesma missão) (TARDY, 2014). Além de possibilitar a divisão do fardo das missões de paz, essas parcerias também trazem vantagens para as partes envolvidas. Para a ONU, garante maior suporte e acesso às informações locais. E para os parceiros permite contar com a legitimidade da ONU e ter uma estratégia de saída quando a ONU assume uma missão sequencial (KOOPS, TARDY, 2015). A AU em especial tem tido um papel cada vez mais importante na segurança do continente, tendo realizado 8 missões de paz. Ao todo, a África fornece 85.000 *peacekeepers* para missões da ONU e missões lideradas por africanos (KOOPS; TARDY, 2015; CONING, 2019).

No período, podemos destacar algumas PKOs, como a da República Democrática do Congo, que conseguiu dar suporte às eleições democráticas em 2006. O Haiti também foi sede de uma missão, marcada pela liderança do Brasil. O Sudão recebe bastante destaque, pois recebeu 4 missões em seu território: missões do Sudão, Darfur, Abyei e Sudão do Sul. (KOOPS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015; GOWAN, 2018)

2.1 Operações De Paz E O Sul Global: Reservas Ao R2p E Contribuições De Tropas

Conforme falado anteriormente, o conceito de R2P surgiu na esteira das mudanças ocorridas nas Operações de Paz na década de 90, mais precisamente em 2001, no relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS) (MACIEL; LEAL, 2019). Inicialmente seus critérios foram considerados muito abrangentes pelos países emergentes e por isso o R2P enfrentou resistências. Após discussões e suavizações nos termos, o R2P foi adotado de forma unânime na declaração da *World Summit* de 2005, consistindo em três pilares: responsabilidade do Estado em proteger sua população; responsabilidade da comunidade internacional em assistir o Estado na proteção da sua população; responsabilidade da comunidade internacional de proteger a população quando o Estado está manifestamente falhando nisso (GARWOOD-GOWERS, 2016).

O terceiro pilar é o que gera mais controvérsia na sua interpretação, trazendo uma discussão entre os países ocidentais e não ocidentais sobre a necessidade de consenso

das partes e da robustez das operações (GARWOOD-GOVERS, 2016; WU 2022). Os países ocidentais o interpretam em uma noção mais ampla do uso da força e da relatividade da soberania, enquanto o restante dos países, em geral, possui uma visão mais restrita, expressando receios de que uma permissibilidade maior de intervenções, mesmo que humanitárias, possam desviar os princípios chave das operações de paz, como imparcialidade e respeito à soberania (GARWOOD-GOOVERS 2016, TARDY 2011; VILLA; JENNE, 2019).

Essa divisão Norte-Sul ficou mais explícita após a intervenção da OTAN na Líbia em 2011, devidamente autorizada pelo Conselho de Segurança com apoio de países africanos e abstenção de países emergentes como Brasil, China e Rússia. A intervenção foi aprovada no princípio do R2P com foco de proteção de civis por todos os meios necessários, porém logo se transformou em uma campanha de mudança de regime com apoio da OTAN aos rebeldes. Isso causou frustração nos países ocidentais, que consideraram essa ação um exemplo claro de como o Ocidente poderia usar o terceiro pilar do R2P para realizar intervenções baseadas em seu próprio interesse (GARWOOD-GOOVERS, 2016; MAMPILLY, 2018).

O episódio causou reações nos países não ocidentais, aumentando suas reservas em relação à aplicação do R2P. A China reforçou a sua visão restrita sobre soberania, demonstrando isso no uso extensivo de vetos nas resoluções do Conselho de Segurança em relação à Síria (GARWOOD-GOOVERS, 2016) (UNITED NATIONS, 2023). O Brasil, por sua vez, propôs uma alternativa complementar ao R2P, denominada *Responsibility While Protecting* (RWP), que defendia que antes do uso da força, todos os meios pacíficos deveriam ser exauridos (BENNER, 2013). A Índia demonstrou grande descontentamento com a ação na Líbia e retirou seus helicópteros de combate que estavam servindo na Operação de Paz da República Democrática do Congo (MONUSCO) como resposta, além de começar a questionar se as suas contribuições às PKOs estavam sendo usadas para alavancar os interesses das Grandes Potências (MAMPILLY, 2018).

Mesmo com reservas em relação ao R2P, os países do sul global se tornaram grandes contribuidores de *peacekeepers* para as missões da ONU, alterando o perfil das tropas, que até a década de 90 eram majoritariamente compostas por nacionais do Norte Global. A partir de 2000, países do sul global se tornaram maioria nas contribuições de

peacekeepers (BELLAMY; WILLIAMS, 2012). No último levantamento disponível de 2023, os países em desenvolvimento foram responsáveis por 92% dos 76.195 *peacekeepers* enviados (PEACEKEEPING, 2023). Buscaremos sistematizar algumas motivações apontadas pela literatura para esse fenômeno.

Segundo Coleman e Nyblade, na mídia e na academia predomina uma narrativa explicativa de engajamento dos países em desenvolvimento na contribuição de pessoal: o lucro obtido graças ao reembolso que a ONU realiza por cada soldado fornecido às PKOs. Os autores desafiam esse entendimento, por entenderem que o reembolso da ONU já não é tão atrativo financeiramente (COLEMAN; NYBLADE, 2018). O incentivo financeiro foi criado em 1974. Os países desenvolvidos ainda eram os principais contribuidores, passando por reajustes ao longo do tempo. A sua maior atratividade financeira foi durante a década de 1980, porém a partir de 1990 os reajustes deixaram de acompanhar a inflação, tornando-o menos atrativo. Para exemplificar, entre 2002 e 2012, o reembolso por soldado era de US\$ 1.141,00. Em 2013 aumentou para US\$ 1.210,00. Mas comparando com a inflação do período anterior, esse novo valor detinha um poder de compra de apenas US\$ 934,43 (COLEMAN; NYBLADE, 2018).

Os autores reconhecem que há casos em que a busca pelo lucro é mais importante na decisão de contribuir com *peacekeepers*, mas são situações específicas. Comparando os casos de Gana e Índia por exemplo: o PIB per capita dos dois países são parecidos e ambos são grandes contribuidores, sendo assim, recebem reembolsos equivalentes. Porém, o orçamento do exército indiano é muito maior do que o de Gana. Relativamente, o valor total de reembolso não tem significado financeiro para o exército da Índia, mas para Gana o reembolso teria um peso maior. Sendo assim, é possível que a narrativa de “contribuir pelo lucro” se encaixe melhor em Gana (COLEMAN; NYBLADE, 2018).

Bellamy e Williams (2012) citam alguns motivos que vão muito além do reembolso. Há a motivação política, pois contribuir com tropas de paz pode aumentar o prestígio internacional, principalmente para países em desenvolvimento que buscam um lugar permanente no Conselho de Segurança, como Brasil e Índia. Além disso, participar em uma missão pode dar acesso ao processo de decisões no campo. A questão da segurança também é relevante, principalmente para Estados que fazem fronteira com o país em conflito, pois fornecer pessoal para as PKOs é um modo de estabilizar o país

vizinho e evitar que os problemas de segurança transpassem as fronteiras. Além disso, ao enviar tropas para PKOs, os países possibilitam ganho de experiência para os seus exércitos (BELLAMY; WILLIAMS, 2012).

O fortalecimento do sistema ONU também é um dos motivos para envio de tropas, pois ao priorizar soluções multilaterais para resolução das questões de segurança, os países em desenvolvimento demonstram suporte a uma ordem internacional menos hegemônica, na qual eles podem ter maior participação nas decisões. Essa busca por mais equilíbrio de poder no sistema internacional é uma pauta recorrente dos países do sul global. Apoiar a ONU e as PKOs é um modo de se opor ao exercício de poder unilateral e intervencionista das grandes potências (BELLAMY; WILLIAMS, 2012).

Em sua análise, Zhang (2022) levanta uma relação interessante entre a motivação de um país em fornecer *peacekeepers* para as PKOs e o seu volume de comércio com os países receptores, particularmente de comércio potencial. Aplicando sua metodologia, ele estima o volume de comércio que deixou de ocorrer entre os países por causa do conflito, chegando à conclusão de que há uma correlação positiva entre comércio potencial e envio de *peacekeepers*. Ou seja, quanto mais mercado potencial um país contribuidor tenha com um país receptor de PKO, maior a chance desse país enviar *peacekeepers* (ZHANG, 2022).

É importante ressaltar que cada país em desenvolvimento possui sua própria complexidade histórica e geopolítica, que serve de base para as motivações de engajamento em PKOs. Sendo assim, alguns dos motivos averiguados tem peso maior para um determinado país do que para outro. A China, foco do estudo, é uma grande contribuidora de *peacekeepers* e se identifica como país em desenvolvimento, logo, ela compartilha algumas dessas motivações, porém por conta da sua complexidade histórica e geopolítica, é preciso analisar suas motivações de contribuição de modo particular.

3 A ASCENSÃO DA CHINA

O maior marco da história da China no século XX foi a tomada do poder pelo Partido Comunista Chinês (CCP) e a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949. Desde sua fundação, a RPC vem estabelecendo doutrinas que ajudam a formular sua política externa. A primeira delas foi estabelecer uma boa relação com os países do chamado Terceiro Mundo, com os quais a China compartilha uma história semelhante de prejuízos sofridos por conta do imperialismo europeu.

Esse período de relação desigual com os países ocidentais é chamado de “Século da Humilhação”. Começa com a primeira Guerra do Ópio em 1839 e termina com a vitória do CCP em 1949 (KAUFMAN, 2010). A China foi derrotada em sucessivos conflitos armados contra as potências europeias e o Japão, o que a levou a aceitar tratados de comércio desvantajosos e perdas de território, deixando o país numa posição semicolonial. Por ter sofrido com intervenções estrangeiras, o “Século da Humilhação” influenciou a formulação dos princípios das relações da China com outros países, pois o país chinês prioriza o respeito à soberania e ao princípio de não intervenção em assuntos domésticos (KAUFMAN, 2010). O compartilhamento de história colonial e virtudes de política externa com os países do Terceiro Mundo fica evidente durante a Conferência de Bandung, em 1955, na qual a China pregou uma união contra o colonialismo e abordou os seus cinco princípios de coexistência pacífica: respeito mútuo à soberania e à integridade territorial; não agressão; não interferência nos assuntos internos de outros países; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica (MITCHELL; MCGIFFERT, 2007; DEMEULEMEESTER, 2012; GARVER, 2016).

Quando Deng Xiaoping assumiu o poder no final dos anos 70, a China passou a adotar uma política mais pragmática e menos ideológica, iniciando um processo de abertura econômica através da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), áreas determinadas pelo governo chinês que passaram a adotar uma política econômica voltada para o mercado. Limitar esse novo modelo econômico a apenas algumas áreas era importante para que o país não passasse por nenhuma mudança brusca e pudesse adotar uma reforma econômica gradual (GE, 1999). As primeiras ZEEs criadas foram nas cidades costeiras de Xiamen, Shantou, Zhulai e Shenzhen, essa última sendo a maior

delas e se situando de frente para Hong Kong (que na época ainda pertencia ao Reino Unido e era capitalista). As ZEEs possuíam incentivos fiscais, comerciais e trabalhistas para atrair investimento estrangeiro direto com foco no segundo setor, ou seja, elas se tornaram a porta de entrada da China para o mundo. Num primeiro momento, tais cidades receberam um grande investimento do governo doméstico, pois não dispunham de infraestrutura adequada. (YEUNG; LEE; KEE, 2009).

A iniciativa trouxe resultados rápidos para a economia chinesa, que entre 1980 e 1984, cresceu numa média anual de 10%. As quatro ZEEs tiveram um papel muito importante nesse crescimento, concentrando a maior parte do investimento estrangeiro direto da China e apresentando altas taxas de crescimento, chegando a uma média anual de 58%, como no caso de Shenzhen. Esse sucesso fez com que o governo chinês expandisse a política econômica e abrisse ZEEs em mais 14 cidades no ano de 1984, inclusive em Xangai, impulsionando ainda mais o desenvolvimento do país (GE, 1999; YEUNG; LEE; KEE, 2009).

O crescimento chinês nos últimos 40 anos é um dos maiores fenômenos da história mundial. Em 1979 o seu PIB era de US\$ 178 bilhões, saltando para US\$ 1.210 bilhões em 2000. Em 2010, ultrapassou o Japão como segunda maior economia do mundo, atingindo a marca US\$ 6.090 bilhões e chegando a US\$ 14.280 bilhões em 2019 (WORLD BANK, 2023). Além disso, a China se tornou a maior parceria comercial de mais de 120 países, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia (GREEN, 2023). Em termos militares, a China também teve um grande crescimento, com o segundo maior gasto militar do mundo, equivalente a 14% do gasto mundial, atrás apenas dos Estados Unidos (SIPRI, 2021).

Com essa grande e rápida ascensão, surgiram muitos debates que questionam se a China é uma potência que se adapta à ordem global existente ou se é uma potência revisionista. Johnston e Ikenberry são dois dos principais autores que defendem uma abordagem chinesa como mantenedora do *status quo*. Segundo Ikenberry, por mais que a hegemonia norte-americana esteja sendo colocada em xeque, com países emergentes como a China ganhando mais força, esses países não visam alterar a ordem internacional vigente, pois eles também tiram vantagem dela (IKENBERRY, 2011 apud DEMEULEMEESTER, 2012).

Além de prover estabilidade para o mundo, as instituições criadas nos moldes liberais pós Segunda Guerra também servem como plataforma para que os países possam projetar seu poder e influência. Johnston segue uma mesma linha, argumentando que a China está muito envolvida na ordem internacional para ser considerada uma potência revisionista (JOHNSTON, 2003 apud EASTIN, 2013). Em um artigo mais recente, ele distingue os diferentes tipos de ordem no sistema internacional, desde a ordem militar até a ordem ambiental, e analisa o suporte da China a cada uma delas. Apesar de algumas terem menos apoio da China, com a ordem do desenvolvimento social, ainda assim não é possível definir a China como potência revisionista (JOHNSTON, 2019).

Já Mearsheimer argumenta que a rápida ascensão da China fará com que ela busque a liderança regional do Leste Asiático, buscando alterar a ordem regional. Isso levaria a uma reação dos Estados Unidos e de seus aliados na região, como Japão e Coreia do Sul, para conter essa aspiração chinesa. Esse embate poderia levar à desestabilização da ordem regional (MEARSHEIMER, 2001 apud WUTHNOW; LI; QI, 2012). Schweller e Pu analisam que a ascensão de uma potência emergente como a China faz com que ela busque maior equilíbrio de poder no sistema internacional, em prol de uma ordem multipolar ao invés de uma unipolar. Para esse novo equilíbrio ocorrer, a China acaba deslegitimando a liderança dos Estados Unidos (SCHWELLER; PU, 2011).

Indo mais ao encontro dos teóricos liberais, o discurso da China defende a ideia de “Ascensão Pacífica” ou desenvolvimento pacífico (STATE COUNCIL, 2005). Segundo esse conceito, a China irá adotar um caminho de desenvolvimento evitando conflitos com as grandes potências, gerando paz e prosperidade ao mundo. Não seguirá o caminho de potências anteriores, que buscaram hegemonia e recursos por meio da força e guerra, como Alemanha e Japão. Em termos regionais, buscará maior integração com os países do Leste Asiático, sem excluir os Estados Unidos do processo (BIJAN, 2005).

Na última década, a ascensão de Xi Jinping ao posto de líder da China causou uma mudança na política externa chinesa, que passou a ser mais assertiva (POH; LI, 2017; CHANG-LIAO, 2016; ZHANG, 2015; PU; WANG, 2018). Jin Zhang (2015) chama essa política de “Ascensão Pacífica 2.0”. Nessa política, a China ainda se preocupa em garantir à comunidade internacional que seu desenvolvimento é pacífico (porém mais

ativo nas relações internacionais, para assegurar seus interesses). Em um discurso de 2013, Xi Jinping enfatiza essa visão:

We will stick to the road of peaceful development, but will never give up our legitimate rights and will never sacrifice our national core interests. No country should presume that we will trade our core interests or that we will allow harm to be done to our sovereignty, security or development interests (JINPING, 2013).

Outra característica dos discursos de Xi Jinping é a grande presença de referências à governança global, tendo sido usadas 42 vezes entre 2013 e 2017 (PU; WANG 2018). Esse maior engajamento chinês na governança global tem sido executado na prática com a adesão ou lançamento de iniciativas multilaterais, das quais podemos destacar: o lançamento da Iniciativa da Rota da Seda (BRI); a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB); o estabelecimento do BRICS; e o fortalecimento do G20 (GOLDSTEIN, 2020; POH; LI 2017).

Atualmente, a China se reconhece como o maior país em desenvolvimento. Apesar de possuir características semelhantes a de países desenvolvidos (segunda maior economia do mundo e grande nível de comércio) e ser membro permanente do Conselho de Segurança, a China ainda possui algumas lacunas de desenvolvimento que a qualificam como país em desenvolvimento, como o PIB per capita (que equivale a apenas 15% dos Estados Unidos), seu IDH e sua porcentagem de população rural, que também estão atrás dos indicadores de países desenvolvidos (WORLD BANK, 2023; YE; LI, 2019). Sendo assim, a China possui aspectos de país desenvolvido simultaneamente a características de países em desenvolvimento.

4 CHINA NA ONU

A relação entre a RPC e a ONU começa em 1971, pois até então quem ocupava o lugar na organização, inclusive no Conselho de Segurança, era a República da China (ROC ou Taiwan). Mesmo perdendo o controle do continente em 1949, a ROC tinha apoio dos Estados Unidos para manter seu assento na ONU. Em 1961, os Estados Unidos conseguiram aprovar uma resolução que tornava a decisão sobre a representação da China na ONU uma “matéria importante”, fazendo com que qualquer possível mudança no assunto precisasse de dois terços dos votos da Assembleia Geral. Muitas votações sobre o tema foram realizadas durante a década de 1950 e 60. E quanto mais o processo de descolonização avançava, mais membros do Terceiro Mundo entravam na ONU e aumentavam os votos a favor da RPC. A diplomacia focada nos países em desenvolvimento surtiu efeito e, finalmente, em outubro de 1971, a resolução 2758 foi aprovada e a RPC se tornou membro da ONU (FUNG; LAM, 2022).

Em seus primeiros anos na ONU, a China adotou uma posição de cautela, procurando aprender sobre os mecanismos da instituição. Nas décadas de 80 e 90, começou a ter uma postura de maior engajamento, com os primeiros votos a favor de PKOs. A partir daí, foi evoluindo para ter um papel cada vez mais ativo dentro da organização (FUNG; LAM, 2022; WUTHNOW; LI; QI, 2012).

Hoje, a China é a maior contribuidora de pessoal para PKOs entre os membros permanentes do CS, e a segunda maior contribuidora financeira das operações (MONTENEGRO, 2021). Esse maior engajamento em PKOs permite ao país deter um maior poder de decisão no campo, a depender dos postos que consiga ocupar. Por exemplo, a China já teve dois comandantes em PKOs (Saara Ocidental em 2007 e Chipre em 2011) e o posto de Representante Especial do Secretário-Geral para a Missão do Sudão do Sul (FUNG; LAM 2022; RICHARDSON, 2012).

A China também tem se esforçado para assegurar mais postos de relevância no restante do sistema ONU. Entre 2019 e 2023, liderou simultaneamente as agências especializadas FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e ITU (União Internacional de Telecomunicações), e desde 2007 lidera a DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas). Mesmo com

esse engajamento, a China possui pouca representatividade em relação aos outros membros permanentes do Conselho de Segurança. Entre 1971 e 2022, de 482 posições executivas, o país liderou apenas 15, enquanto Estados Unidos e França lideraram 53 e 26 posições respectivamente. Em 2017, o número de funcionários chineses na ONU correspondia a apenas 1,06% do total. Comparativamente, o número de funcionários dos Estados Unidos e Índia correspondia a 5% e 2,2% respectivamente (FUNG; LAM 2022; RUIPENG, 2019).

No âmbito do Conselho de Segurança, a China também passou a ter uma postura mais ativa, expressada pelo aumento de vetos utilizados. Nos seus primeiros 25 anos como membro da ONU, o país utilizou o mecanismo apenas uma vez, o que enfatiza a postura mais comedida e observadora que a China mantinha inicialmente (FUNG; LAM 2022; RUIPENG, 2021). Porém, é a partir de 2007 que vemos uma maior frequência desse uso: de 2007 a 2022, a China utilizou o veto 14 vezes, totalizando 17 utilizações ao longo da história (UNITED NATIONS, 2023). Esse número total não é tão significativo em relação aos outros membros permanentes, pois fica na frente apenas da França, com 16 vetos, e bem atrás de Reino Unido, Estados Unidos e Rússia com 29, 82 e 121 vetos, respectivamente. Porém, essa atividade recente é bastante significativa, pois nesse mesmo período de 2007 a 2022, em que usou o veto 14 vezes, os Estados Unidos usaram apenas 4. Além disso, todos esses 14 vetos foram usados em consonância com a Rússia (UNITED NATIONS, 2023).

Além do padrão de votações, outra métrica utilizada para analisar o ativismo da China dentro do Conselho de Segurança são as agendas propostas durante os períodos de presidência rotativa. Segundo Ruipeng, desde 2015 a China passou a propor mais reuniões no Conselho com temas convergentes aos seus interesses, diferentemente do período anterior, em que seu mandato na presidência era mais protocolar (RUIPENG, 2021). Entre as reuniões propostas pela China nesse período, podemos destacar duas: *Maintenance of international peace and security: Strengthening multilateralism and the role of the United Nations*, em 2018, e *Maintenance of international peace and security: Upholding multilateralism and the UN centered international system: G5 Sahel report due*, em 2021 (RUIPENG, 2021).

Na Assembleia Geral, a China também mostra maior engajamento. Alguns termos da linguagem diplomática chinesa, como *Community of Shared Future* e *Win-Win cooperation* passaram a aparecer com mais frequência nos textos da Assembleia. O país também conseguiu formar coalizões de países em desenvolvimento que apoiam sua agenda de não interferência em direitos humanos, principalmente no que se refere à questão de Xinjiang (FUNG; LAM, 2022)

Em termos financeiros, também houve um grande aumento na contribuição da China. Entre 2000 e 2020, o percentual de contribuição chinesa relativo ao orçamento regular da ONU (contribuições obrigatórias) aumentou de 0,995% para 13,3%, tornando a China a segunda maior contribuidora (FUNG; LAM 2022; RUIPENG, 2019). É interessante notar que nos outros dois tipos de doações voluntárias (*core* e *non-core*), a China não tem grande representatividade. Apenas 9% da sua contribuição é voluntária, sendo o restante obrigatório. É um grande contraste em relação aos Estados Unidos, por exemplo, do qual 74% das contribuições são voluntárias e apenas 26% são obrigatórias (UNITED NATIONS, 2023).

Essa proporção entre doações obrigatórias e voluntárias pode nos levar a questionar se o crescimento da contribuição da China na ONU está mais atrelado ao crescimento do seu próprio PIB, já que as doações obrigatórias de cada país são calculadas de acordo com o tamanho de sua economia. Sendo assim, o fato da China ter se tornado a segunda maior economia contribuiu para o aumento da presença financeira chinesa na ONU.

Eastin (2013) fez uma análise da legitimidade de liderança da China na ONU por meio de 4 fatores: proposição de agenda na Assembleia Geral, votação no Conselho de Segurança, contribuição financeira e contribuição de pessoal para PKOs (EASTIN, 2013). Com sua metodologia aplicada aos dados da época, ele concluiu que a China tinha legitimidade nas contribuições financeiras e de *peacekeepers*, mas não tanto na questão da Assembleia e do Conselho, pois não era tão ativa e propositiva nesses órgãos. Desse modo, ela não atingia a legitimidade de liderança completa. Porém, o autor ressalta que a China está em desenvolvimento contínuo, indicando que a avaliação futura desses quesitos poderá indicar maior legitimidade de liderança da China na ONU (EASTIN, 2013).

5 CHINA E AS OPERAÇÕES DE PAZ

Pode-se dividir a participação da China nas Operações de Paz em cinco fases, sendo a primeira delas durante a década de 1970, logo que a China ingressa na ONU. Nessa fase, a China adota a política dos “três não’s”: não votar a favor, não pagar e não participar (YE; LI, 2019). O principal motivo dessa grande oposição era o entendimento chinês de que as PKOs iam contra os seus Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, principalmente em relação à questão da não intervenção em assuntos internos de outros países (VIEIRA, 2019).

A partir da década de 80, essa posição começa a mudar. Em 1981 a China votou a favor de uma PKO pela primeira vez e começou a contribuir financeiramente para as operações (MONTENEGRO, 2021; YE; LI, 2019). Na década de 90, inicia-se a terceira fase, onde a China aumenta ainda mais seu engajamento com as PKOs, enviando seus primeiros observadores para missões (Namíbia e Oriente Médio) e suas primeiras unidades militares para o Camboja, em 1992 (MONTENEGRO, 2021).

Na quarta fase, no final dos anos 90, a China amplia a sua participação, passando a ser mais flexível no seu princípio de não intervenção e apoia missões de “*peace enforcement*” (FUNG, 2016). É interessante observar que nessa fase, os únicos votos chineses contrários a PKOs foram em relação às propostas de missões na Macedônia e na Guatemala – estados que reconheciam Taiwan. Isso exemplifica como a questão de “Uma só China” sempre é primordial nas relações exteriores chinesas. (MONTENEGRO, 2021)

A quinta fase ocorre desde 2013 até o presente, período no qual a China aumentou consideravelmente a sua contribuição financeira e de pessoal. Para se ter uma ideia desse aumento, em 2004 o número de *peacekeepers* chineses servindo em PKOs era de 1036. Esse número aumentou consideravelmente com o passar dos anos, chegando a 3.045 *peacekeepers* em 2015 e posicionando a China em décimo lugar no ranking de contribuições, sendo o membro permanente do Conselho de Segurança que mais contribuiu com tropas (Tabela 1) (MONTENEGRO, 2021; PEACEKEEPING, 2023). Em termos financeiros, ultrapassou o Japão em 2016, e se tornou a segunda maior

financiadora das PKOs, sendo responsável por 15% do financiamento em 2019. (YIN, 2019; HIRONO, 2020; FOOT, 2020; PEACEKEEPING, 2023).

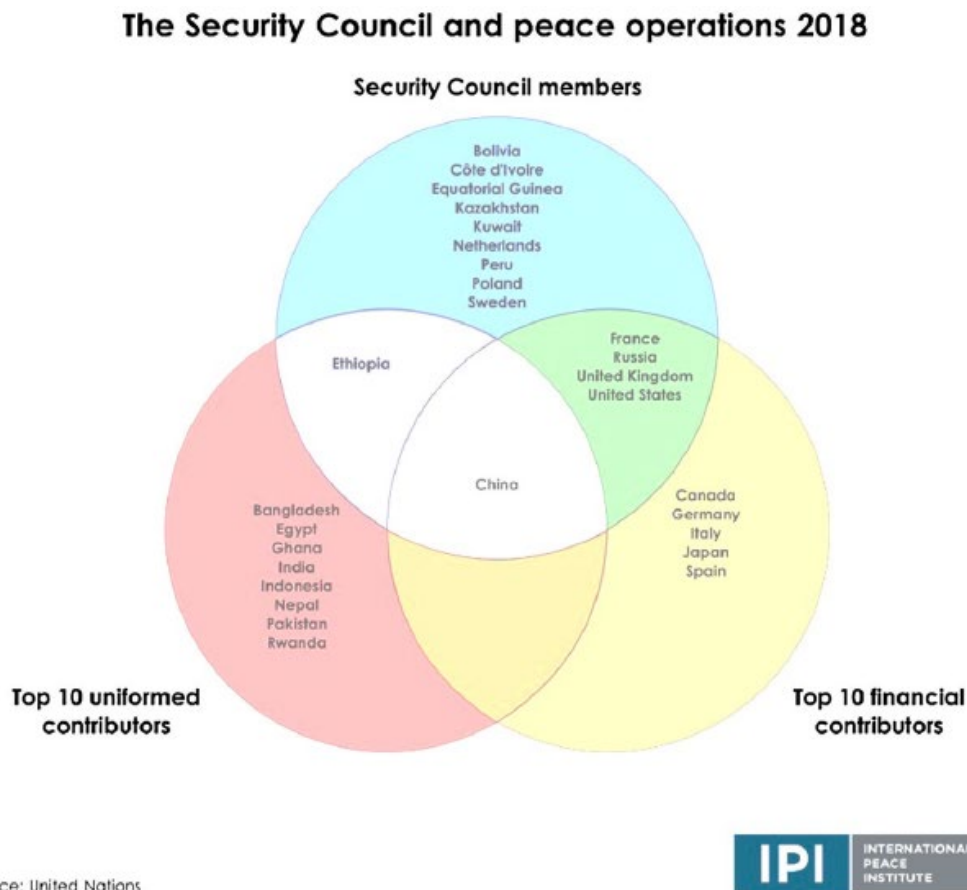
Tabela 1 – Top 10 Contribuidores de Peacekeepers + Membros permanentes do CS

#	Contribuidor	Quantidade	% Total
1º	Bangladesh	7233	9,5%
2º	Nepal	6251	8,2%
3º	Índia	6043	8,0%
4º	Ruanda	5927	7,8%
5º	Paquistão	4331	5,7%
6º	Egito	2822	3,7%
7º	Gana	2767	3,6%
8º	Indonésia	2689	3,5%
9º	Senegal	2444	3,2%
10º	China	2211	2,9%
36º	França	620	0,8%
40º	Reino Unido	447	0,6%
63º	Rússia	87	0,1%
77º	EUA	34	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PEACEKEEPING, 2023

Fazer parte do Conselho de Segurança, ser uma grande contribuidora de *peacekeepers* e grande financiadora, fazem a China ter uma posição única no campo das PKOs (Figura 1).

Figura 1 – Contribuições financeiras e de tropas em 2018



Fonte: International Peace Institute

Em 2022, a China tinha participações em 9 das 23 operações de paz, com 2.211 *peacekeepers* enviados (Tabela 2), número correspondente a 2,9% do total de *peacekeepers* alocados em operações de paz (PEACEKEEPING, 2023). Das operações de que participa, podemos destacar as missões do Sudão do Sul e Mali, para as quais a China enviou pelotão completo de combatentes. Das 5 maiores operações da ONU, a China não participa apenas da missão na República Central Africana. A África recebe 70% dos *peacekeepers* chineses, fato que até poderia ser esperado, já que a maioria das missões da ONU são no continente africano, porém a média de concentração de *peacekeepers* de outros países na África é de apenas 46%. (MONTENEGRO, 2021).

Tabela 2 - Participação da China nas PKOs em 2021

País	Missão	Quantidade total	Quantidade China	% China x Total
Sudão do Sul	UNMISS	14743	1039	7,0%
Mali	MINUSMA	13946	407	2,9%
Líbano	UNIFIL	9511	419	4,4%
RDC	MONUSCO	14527	231	1,6%
Abyei	UNISFA	2815	97	3,4%
Saara Ocidental	MINURSO	226	9	4,0%
Chipre	UNFICYP	866	4	0,5%
Oriente Médio	UNTSO	152	5	3,3%
Total			2211	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PEACEKEEPING, 2023

5.1 Motivações e Objetivos

Ao analisarmos as motivações e objetivos da contribuição da China para PKOs, devemos levar em conta a dualidade em sua identidade especificamente nesse assunto. A China possui características de grande potência (como ser membro permanente do Conselho de Segurança, ter grande economia, alto nível de comércio e de gastos militares), ao mesmo tempo que possui características de potência emergente (como ter PIB per capita de nível médio e ser grande contribuidor de *peacekeepers*) (YE; LI, 2019; FUNG, 2015).

Por isso, suas motivações e objetivos tem pontos em comuns com os dois grupos de países. Reputação, ganho de experiência no exército e fortalecimento do multilateralismo são motivações comuns aos países em desenvolvimento que contribuem para PKOs, ao passo que assumir um papel mais ativo nas questões de segurança global é uma agenda comum às das grandes potências.

5.1.1 Projeção de Imagem

Participar das PKOs faz com que a China projete uma imagem de *player* mais ativo na segurança global e de provedor de bens públicos nesse campo, o que a aproxima das grandes potências. Porém, a China consegue simultaneamente projetar uma imagem diferente das potências tradicionais, já que essas costumam agir unilateralmente e nem sempre com a legitimidade da ONU (vide a invasão do Iraque por parte dos Estados Unidos em 2003 e a intervenção da OTAN no Kosovo em 1999).

Por agir sob a bandeira da ONU, respeitando o princípio de não intervenção, a China acaba ficando em uma “posição moral” mais elevada em relação às potências tradicionais. O termo para definir o papel da China que mais aparece na literatura e nos discursos oficiais é o de “*responsible power*”. (RICHARDSON, 2012; YE; LI, 2019; LANTEIGNE, 2018; MONTENEGRO, 2021; FUNG, 2016; FOOT, 2014; ZURCHER, 2020).

Segundo Richardson, o uso desse termo traz 4 benefícios: afirma a positividade do papel da China para os países receptores de PKOs e seu público doméstico, melhorando sua reputação; afirma sua posição de potência no sistema internacional, assumindo sua responsabilidade, como grande país, de contribuir com as questões de segurança global (e simultaneamente se diferencia das potências tradicionais, que seriam “irresponsáveis” por terem uma abordagem unilateral e intervencionista); permite modernizar o discurso crítico da China à ordem internacional atual; enfatiza o seu conceito de “ascensão pacífica”, porque traz o entendimento de que a China buscará seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que se preocupa com as questões globais, sem causar desestabilização no sistema internacional, contrariando as expectativas de que ela seria uma potência revisionista (RICHARDSON, 2012).

5.1.2 Experiência do Exército

Além da questão da projeção da imagem, alguns autores também identificam outros motivos para maior engajamento da China com as PKOs. Um dos mais citados é o potencial ganho de experiência do exército chinês, ou Exército de Libertação Popular

(PLA) (FUNG, 2016; LANTEIGNE, 2018; MONTENEGRO, 2021; RICHARDSON, 2012; YE; LI, 2019).

Wuthnow (2021) cita alguns benefícios: troca de experiências e aprendizado com exércitos estrangeiros, como por exemplo, aprender com os exércitos africanos a lidar com milícias; ter experiência fora do país, podendo adquirir novos idiomas e aprender sobre novas culturas; agir em operações com risco real. Mesmo que o nível de conflitos abertos seja baixo nas PKOs, ainda assim traz uma nova vivência ao PLA, já que esse não participa de guerra desde 1979; adquirir conhecimento sobre terrenos diferentes e infraestrutura de transporte; manter o pelotão sempre preparado, pois há uma rotatividade de 12 meses nos postos de PKO (WUTHNOW, 2021).

As PKOs fazem parte das *Military Operations Other Than War* (MOOTW). Além das PKOs, a China também tem aumentado sua presença militar no continente africano por meios bilaterais e unilaterais: em 2011, realizou uma operação militar para evacuar civis chineses durante a Guerra Civil da Líbia; na crise do Ebola, enviou 115 militares médicos para a África Ocidental; é responsável por ações antipirataria no Golfo de Aden; construiu uma base militar no Djibuti (HIRONO, 2020). As MOOTW concedem à política externa chinesa maior capacidade soft power, além de coibir a narrativa de possível ameaça, pois as ações são apenas defensivas. São oportunidades para demonstrar a modernização do exército e para reforçar a imagem de *Responsible Power* na segurança global (KAMPHAUSEN, 2013).

5.1.3 Proteção de interesses econômicos

Com o grande crescimento econômico vivenciado desde as reformas promovidas por Deng Xiapoing, a China passou a adotar uma estratégia de expansão econômica a partir da década de 80. Em um primeiro momento, essa expansão ocorreu por meio das empresas estatais. A partir de 1999, com o a política do “Go Out”, empresas privadas também passaram a ser incentivadas a se internacionalizar (VIEIRA, 2019). Como resultado, a China possui muitas empresas, ativos e cidadãos no exterior. As PKOs seriam então um meio de proteger militarmente esses ativos no exterior, muitas vezes instalados em locais instáveis, marcados por constantes conflitos (ZOU; LEE, 2019;

FUNG, 2016; HIRONO, 2020; FOOT, 2020; SAVKOV, 2020). Um dos exemplos é o Sudão do Sul, no qual a China possui grandes investimentos no setor de petróleo e é o país que mais recebe *peacekeepers* chineses (MONTENEGRO, 2021; YIN, 2019).

Essa é uma questão complexa, pois ao mesmo tempo em que existe uma grande tendência da China ter *peacekeepers* em países em que possui grandes investimentos, estudos mostram que a relação entre fatores não é totalmente explicativa (MONTENEGRO, 2021; BEST, 2020). O caso do Mali é um exemplo: até 2021 o país era o segundo local que mais recebia *peacekeepers* chineses, mesmo a China não tendo uma relação comercial significativa com o país ou atrativos locais para investimento. (CABESTAN, 2018). Hirono (2020) também discorre sobre essa questão, afirmando que apesar das PKOs ajudarem a estabilizar países que possuam ativos econômicos chineses, não é possível estabelecer uma conexão direta entre esses dois fatores (HIRONO, 2020).

5.1.4 Fortalecimento da ONU e do Multilateralismo

Uma das principais motivações das contribuições chinesas para PKOs é a busca pelo fortalecimento do Sistema ONU e, como consequência, o fortalecimento do multilateralismo (HIRONO, 2020; ZURCHER, 2020). Desde a realocação da China como membro legítimo da ONU, a sua participação em instituições multilaterais aumentou consideravelmente. Em 1971, participava de apenas uma organização internacional. Em 2007, já participava de 49. No período pós Guerra-Fria, a China passou a promover ainda mais o multilateralismo como resposta à hegemonia dos Estados Unidos (ZURCHER, 2020). Essa estratégia de promoção está presente em discursos e documentos oficiais, como no *white paper* “China and the World in the New Era” (STATE COUNCIL, 2019).

Segundo Ruipeng, a China pratica o multilateralismo consultivo, o qual possui três focos: participação inclusiva, democratização das Relações Internacionais e centralidade da ONU (RUIPENG, 2019). Democratização e participação inclusiva são temas que se complementam. Giram em torno do apoio a uma maior participação dos países em desenvolvimento no sistema internacional, defendendo que tenham direito de serem mais ouvidos nos processos de decisões (RUIPENG, 2019; YUAN, 2022). Um exemplo desse

apoio é o discurso chinês a favor de uma reforma do Conselho de Segurança que permita que países em desenvolvimento tenham maior participação em suas decisões¹ (XINHUA, 2019; CGTN, 2022).

A questão da centralidade da ONU como ferramenta chinesa de promoção do multilateralismo é debatida e analisada por vários autores (RUIPENG, 2019; FOOT, 2014; YUAN, 2022; ZURCHER, 2020; HIRONO, 2020). Discursos e documentos oficiais do governo chinês têm exaltado a Carta da ONU e a centralidade da organização na regulação da ordem internacional. Algumas características do sistema ONU possuem complementaridades com a política externa da China, como a defesa de uma ordem internacional baseada no respeito à soberania dos Estados, que também é um dos principais pilares da política externa chinesa (FOOT, 2014). Além disso, a Assembleia Geral da ONU proporciona uma universalização de participação, possibilitando votações de peso igual entre os seus membros. Isso é importante para a China, pois além de coincidir com o seu discurso de maior democracia no sistema internacional, possibilita a obtenção de apoio dos países em desenvolvimento, com os quais ela possui certos pontos em comum, já que também se considera parte desse grupo, para que sua agenda tenha maior força na Assembleia. A autoridade e legitimidade que o Conselho de Segurança possui no sistema ONU também é de grande importância para a China. Por ser um dos cinco membros permanentes, ela acaba tendo um grande poder decisório nas questões de segurança global (FOOT, 2014; RUIPENG, 2019; YUAN, 2022; HIRONO, 2020)

Desse modo, aumentar a contribuição financeira e de pessoal às PKOs seria um modo de fortalecer o sistema ONU e o multilateralismo. Lembrando que uma PKO já é multilateral em sua formação e serve como ferramenta para que a ONU enfrente os desafios de segurança global, sempre com a legitimidade do Conselho de Segurança. Sendo assim, quando peacekeepers chineses desembarcam em algum país receptor, eles estão embasados em um processo decisório que foi realizado num sistema multilateral, de maneira a não descreditar o seu princípio de não intervenção.

¹Nesses discursos a China não deixa claro qual nível de reforma ela apoia, se é apenas o aumento dos membros rotativos ou se é o aumento dos permanentes. Em 2005 ela se opôs à proposta para inclusão dos países do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) como membros permanentes do Conselho (MEDEIROS, 2009).

6 DEVELOPMENTAL PEACE: SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

No âmbito doméstico, a China sempre colocou muita ênfase no desenvolvimento econômico como forma de estabilização social e política. Segundo alguns autores, o crescimento econômico aliado a um Estado forte e centralizador contribuíram para que a China tivesse maior estabilidade e segurança interna. Por conta dessa experiência doméstica, a China tende a espelhar esse tipo conceito em sua política externa, priorizando a conexão entre desenvolvimento econômico e segurança (BENABDALLAH, 2016; XUEJUN, 2018; RICHARDSON, 2012; KUO, 2020; YUAN, 2020; MARIANI, 2022; WONG, 2021).

Sendo assim, a China pratica uma abordagem própria na busca pela paz e estabilização de países em conflito. Essa abordagem é denominada *developmental peace* ou *chinese peace*. O conceito de *developmental peace* é baseado no entendimento de que as raízes principais de todos os conflitos são as desigualdades econômicas e sociais, pois são elas que causam a desestabilização dos países. Sendo assim, o modo mais efetivo de lidar com essas questões de segurança seria focar no desenvolvimento dos países em conflito (YIN, 2017).

O *developmental peace* ainda não foi adotado de modo oficial pelo governo da China, sendo na verdade o fruto de um debate entre acadêmicos chineses que analisam as ações executadas pela China nas resoluções de conflito e buscam estabelecer uma coerência entre elas. Em 2012, o autor Zhao Lei já analisava uma abordagem com características próprias por parte da China em *peacebuilding* que priorizaria o desenvolvimento, porém o primeiro acadêmico a usar o termo *developmental peace* foi He Yin, acadêmico associado Centro de Treinamento de Polícia e *Peacekeeping* da China (CPPTC) (LEI, 2012; YIN, 2014).

Desde então, e até 2022, mais de 70 artigos e dissertações de doutorado envolvendo o tema foram publicados na academia chinesa (MARIANI; ADHIKARI; ZHOU, 2022). Além de Zhao Lei e He Yin, entre os acadêmicos chineses envolvidos no debate, podemos destacar Steven Kuo, Chun Zhang, Xinyu Yuan e Wang Xuejun (KUO, 2020; ZHANG, 2020; YUAN, 2020; XUEJUN, 2018). Acadêmicos de outras nacionalidades também abordaram o tema, como Kwok Wong, Christoph Zürcher, Chris Alden, Daniel

Large, Miwa Hirono e Bernardo Mariani (WONG, 2021; ZURCHER, 2020; ALDEN; LARGE, 2015; HIRONO, 2023; MARIANI, 2022). Todos os autores discorrem sobre a importância de desenvolvimento para a obtenção da paz e ressaltam outros pontos que seriam característicos dessa abordagem chinesa. Realizando uma sistematização da literatura, é possível destacar 4 pontos principais da *developmental peace*: desenvolvimento, estado forte, mediação e PKOs.

O desenvolvimento é alcançado por meio de investimentos, comércio e cooperação com os países em conflito, além da ajuda humanitária oferecida sem condicionalidades. A China já mantém relações de ajuda externa não condicional com vários países, inclusive com os que sofrem com conflitos, além de promover ações de *capacity building* (BRAUTIGAM, 2014; WONG; LI, 2021; CONING; OSLAND, 2020; ZURCHER, 2020; BENABDALLAH, 2016). O BRI também têm sido uma plataforma da *developmental peace*, pois os investimentos da iniciativa apresentam uma tendência a serem direcionados para países em conflito, fazendo do BRI uma ferramenta de desenvolvimento que garante investimento na infraestrutura desses países, ajudando a combater as causas dos conflitos (ABB; SWAINE. JONES, 2021; MARIANI, 2022). Um exemplo desse investimento via BRI é a construção de uma indústria farmacêutica no Mali, país receptor de PKOs chinesas (XINHUA, 2023).

Além dos investimentos e ajuda externa bilaterais, Xi Jinping prometeu US\$ 1 bilhão para a criação do Fundo de Paz e Desenvolvimento (UNDPF) durante discurso na Assembleia Geral em 2015². O fundo é dirigido por um comitê de 5 membros, sendo quatro deles chineses, e se divide em dois subfundos: um para Paz e Segurança e outro para a Agenda 2030 (FUNG; LAM 2022; UNITED NATIONS, 2023; YUAN, 2022).

Até 2020, o primeiro subfundo financiou 61 projetos com uma verba total de US\$ 36,9 milhões. Os principais focos dos projetos são *capacity building* e contraterrorismo. O *Office of Counter-Terrorism* (OCT), criado em 2017 e dirigido por um diplomata da Rússia, foi o departamento que mais recebeu verbas (21% do total), fazendo com que o UNDPF se tornasse seu 5º maior contribuidor. Além do OCT, outros departamentos que também trabalham com o foco em terrorismo receberam verbas,

² Posteriormente, o montante materializado ficou em US\$ 200 milhões, divididos anualmente por um período de 10 anos.

como o *UN Office on Drugs and Crime* (UNODC) e o *Counter-Terrorism Committee* (CTC), totalizando assim US\$ 14 milhões direcionados ao combate ao terrorismo, principalmente no continente africano. A África, tem grande destaque nesse subfundo, pois recebeu cerca de 50% da verba total entre 2016 e 2020 (FUNG; LAM 2022; UNITED NATIONS, 2023; YUAN, 2022).

O segundo subfundo é focado nas iniciativas de desenvolvimento, implementadas principalmente nos países do Sul Global, com grande destaque para Ásia e África. Ao todo, entre 2016 e 2021 foram financiados 41 projetos, totalizando uma verba de US\$ 51 milhões. Dessa quantia, 48% são direcionados para projetos gerenciados exclusivamente pela DESA, que, conforme mencionado anteriormente, é dirigida por um nacional da China. Outro destaque é a relação desse subfundo com o BRI, destinando US\$ 21 milhões para a Iniciativa da Rota da Seda (FUNG; LAM 2022; UNITED NATIONS, 2023; YUAN, 2022).

Já o conceito de Estado forte é baseado no princípio de respeito à soberania e não intervenção da política externa chinesa, em que o próprio governo local detém o poder de decisão sobre qual caminho de desenvolvimento seguir e como aplicar os seus recursos, pois segundo o entendimento chinês, baseado em sua própria história, para alcançar o desenvolvimento é necessário um Estado fortalecido. (YIN, 2017; ZURCHER, 2021; MARIANI, 2022; KUO, 2020; BENABDALLAH, 2016).

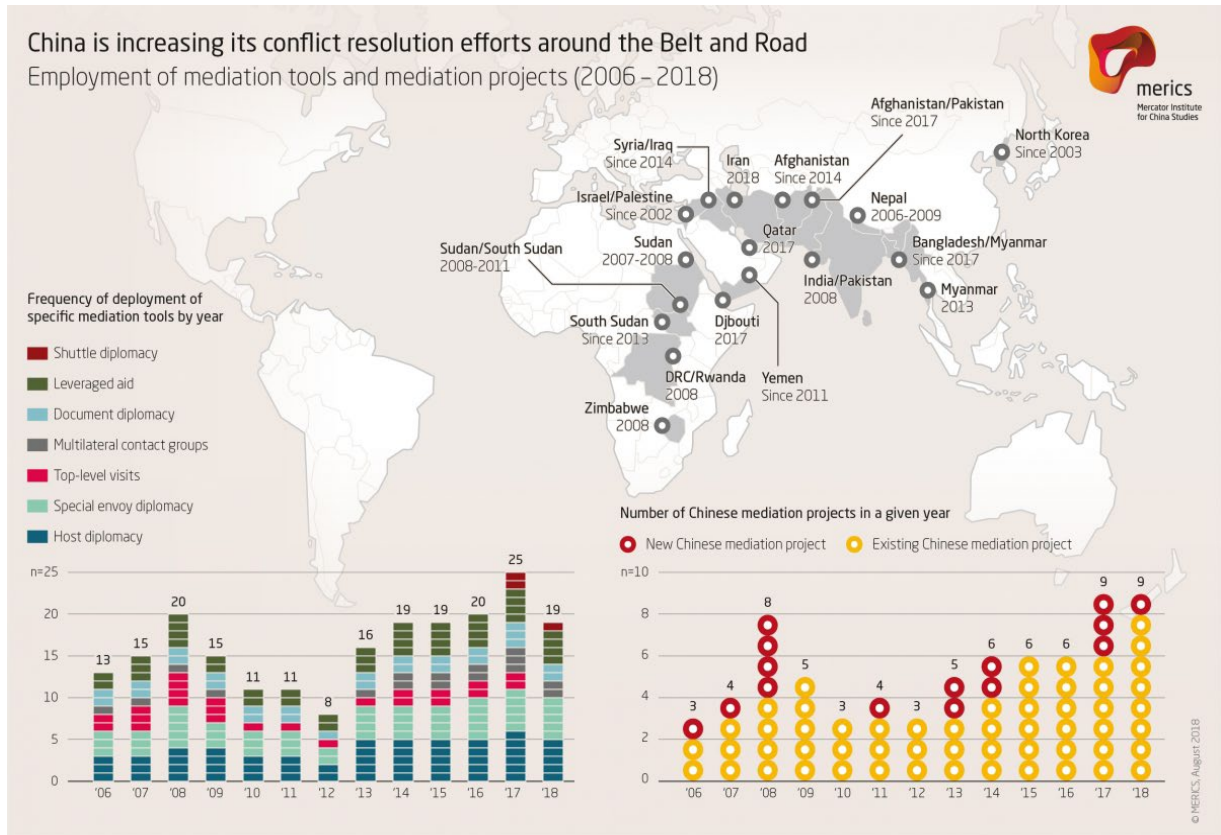
Sendo assim, normalmente os recursos chineses vão diretamente ao governo do país receptor, o qual tem poder decisório de como aplicá-los. Segundo levantamento feito pelo *Aid Data* (2021), baseado em fontes oficiais e não oficiais, entre 2012 e 2017, dos cerca de 6.500 projetos internacionais de desenvolvimento³ financiados pela China, cerca de 4.300 deles tinham instituições do governo receptor como parceiras (AID DATA, 2021). Ademais, em documento oficial sobre cooperação internacional publicado pelo governo chinês, é citado que todos os projetos de infraestrutura implementados entre 2013 e 2018 tiveram a China como provedora de fundos e assistência técnica e os países receptores como responsáveis pela pesquisa dos locais, design e gerenciamento dos processos (STATE COUNCIL, 2021).

³ Investimentos, ajuda externa, emergências humanitárias, etc.

Outro ponto é a mediação, na qual a China também defende a priorização das iniciativas locais e regionais, de modo a apenas cumprir um papel de facilitador de diálogos entre as partes, sem exercer uma mediação coerciva, reiterando que “problemas locais requerem soluções locais”. Hirono (2019) define a mediação exercida pela China como “incentivadora”, por conta do uso que a China faz da influência econômica que possui sobre as partes em conflito para levá-las à mesa de negociação, porém sem formular uma solução própria, respeitando o poder decisório das partes envolvidas (HIRONO, 2019). A China também ampliou a sua participação em processos de mediação, passando de apenas 3 processos em 2012 para 9 em 2017, incluindo mediações em Myanmar e no Oriente Médio (Figura 2) (MERICS, 2018).

Um dos exemplos é o caso do Afeganistão, no qual a China faz parte de iniciativas multilaterais e regionais de mediação, como o *Quadrilateral Coordination Group* (QCG) e a *Shanghai Cooperation Organization* (SCO). As negociações de paz foram incentivadas, em parte, pelos potenciais investimentos chineses na região, dentre os quais podemos destacar os investimentos oriundos do BRI, do qual o governo afegão manifestou interesse em fazer parte (HIRONO, 2019). Por precisar de um ambiente estável e pacífico, o BRI pode ser uma força motriz de incentivo para que a China apoie iniciativas de paz e segurança nos países envolvidos, a fim de potencializar os resultados do BRI com a estabilização desses países (LI, 2021; ABB, 2018). Uma indicação desse incentivo, é de que muitas das mediações de que a China tem participado nos últimos anos, são em países do BRI (MERICS, 2023).

Figura 2 – Mediações da China entre 2006 e 2018



Fonte: MERICS, 2018

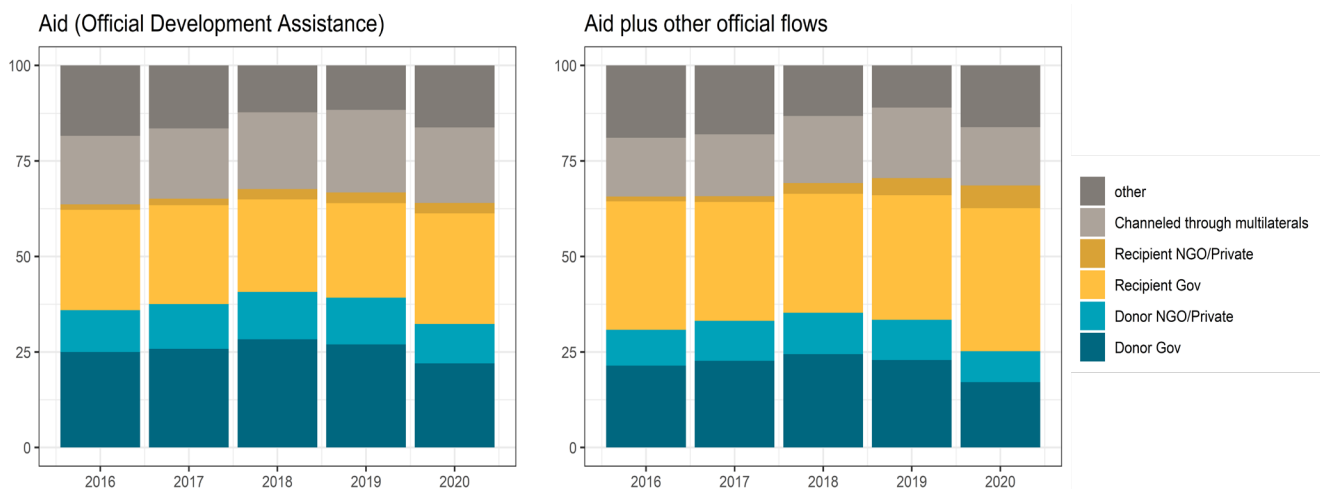
O último ponto são as contribuições às PKOs, que são intervenções multilaterais devidamente autorizadas pelo Conselho de Segurança, possuindo assim legitimidade para estabilizar os conflitos dos países ou mitigar os seus efeitos. Como dito anteriormente, a China é maior contribuidora de peacekeepers dentre os membros permanentes do Conselho e segunda maior financiadora das PKOs, tendo assim um papel importante na arquitetura de segurança da ONU e dos países que recebem Operação de Paz (PEACEKEEPING, 2023)

Para compreendermos melhor o conceito de *developmental peace*, podemos compará-lo a *liberal peace* e verificar suas principais diferenças. O *liberal peace* tem o foco na política, promovendo o *State Building* com a criação de instituições baseadas em valores liberais como livre mercado e democracia, numa interpretação pós-westfaliana da soberania local (KOOBS; MACQUEEN; TARDY; et al, 2015; GOWAN, 2018; NEWMAN, 2009). A *developmental peace*, por sua vez, não impõe nenhum tipo de

regime político, respeitando as instituições de cada país, já que o seu foco é o desenvolvimento, e não a política. Ao contrário da *liberal peace*, respeita o pluralismo de cada sociedade, não tendo um modelo “pré-estabelecido” para todos os países, além de promover uma interpretação westfaliana da soberania.

A conexão da *liberal peace* com o país em conflito acontece muito por meio de atores não locais, como organizações multilaterais e ONGs internacionais (LEONARDSSON; RUDD, 2015; RICHMOND, 2012; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Segundo levantamento feito pelo *Center for Global Development* (CGD), em 2020, apenas cerca de 1/3 dos recursos de ajuda externa⁴ provenientes dos doadores tradicionais foram para governos ou organizações locais⁵. O restante é implementado pelas iniciativas multilaterais, ONGs internacionais e pelos próprios governos doadores (Figura 3) (CDG, 2022).

Figura 3 – Canais de financiamento de desenvolvimento (doadores tradicionais)



Fonte: CGD, 2022

Já o *developmental peace* estabelece uma conexão Estado-Estado, já exemplificada anteriormente pela preferência da China em financiar projetos de

⁴ Ajuda externa caracterizada como *Official Development Assistance* (ODA).

⁵ Considerando ODA + investimentos não concessionais, o volume direcionado às instituições locais em 2020 chega a 43%.

desenvolvimento diretamente com os governos nacionais (AID DATA, 2021). O foco não é em segurança humana, como no *liberal peace* e sim em segurança do Estado, ajudando na sua estabilização e fortalecimento. Normalmente a China não apoia sanções impostas pelos países ocidentais, mesmo quando são motivadas por alegadas violações de direitos humanos, refletindo a interpretação chinesa de direitos, a qual considera os direitos socioeconômicos mais fundamentais que os direitos políticos da abordagem liberal (COLEMAN; JOB, 2021; WONG; LI 2021; ZHANG; BUZAN, 2019).

6.1 Discursos E Documentos

Conforme mencionado anteriormente, o *developmental peace* não é uma política oficial do governo chinês. Não há um departamento específico para essa prática, sendo assim, as possíveis iniciativas listadas são empregadas por diversos atores domésticos da China, como ministérios, empresas estatais e governos de províncias. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores são responsáveis pelas PKOs, enquanto o Ministério do Comércio é responsável pela ajuda humanitária e investimentos. Além dos órgãos do governo, as empresas estatais chinesas em solo estrangeiro, como a CNPC (Corporação Nacional de Petróleo da China) no Sudão do Sul, também praticam iniciativas próprias que remetem ao *developmental peace*, como a provisão de ajuda humanitária. Outro exemplo de ator não estatal agindo por meio da *developmental peace* é o governo da província chinesa de Yunnan, que tem um papel importante na mediação em Myanmar, já que a província faz fronteira com o país e pode sofrer consequências diretas da desestabilização daquele Estado (MARIANI; ADHIKARI; ZHOU, 2022; HIRONO, 2023).

Apesar do termo *developmental peace* ainda não ter sido usado pelo governo, a conexão entre *peacebuilding*, segurança e desenvolvimento têm sido explorada com mais frequência nos discursos e documentos oficiais recentemente. No Fórum do *Belt and Road Initiative*, em 2017, Xi Jinping fez uma conexão entre o BRI e a paz pela primeira vez, falando de 5 rotas a serem construídas, dentre elas, uma “Rota para a Paz”, reforçando a relação entre segurança e desenvolvimento para que o BRI se desenvolva:

First, we should build the Belt and Road into a road for peace. The ancient silk routes thrived in times of peace, but lost vigor in times of war. The pursuit of the

Belt and Road Initiative requires a peaceful and stable environment. (...) We should foster the vision of common, comprehensive, cooperative and sustainable security, and create a security environment built and shared by all. We should work to resolve hotspot issues through political means, and promote mediation in the spirit of justice. We should intensify counter-terrorism efforts, address both its symptoms and root causes, and strive to eradicate poverty, backwardness and social injustice. (JINPING, 2017);

Em 2018, o Secretário Geral da ONU lançou uma iniciativa chamada A4P (Action for Peace), com o foco de trazer mais engajamento para as Operações de Paz. No discurso de apoio a essa iniciativa, o então Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi, mencionou a conexão entre Peacebuilding e Desenvolvimento, o que pode indicar uma tendência de mais assertividade nesse tema por parte da China (ZURCHER, 2020):

Fourth, peacebuilding. It is the natural next step of peacekeeping. While striving to bring security and stability, peacekeepers should also contribute to local capacity-building, thus laying the foundation for poverty alleviation, sustainable development and enduring peace in the host country (YI, 2018).

No ano seguinte, em discurso na Assembleia Geral da ONU, Wang Yi voltou a trazer alguns pontos característicos de *developmental peace*, enfatizando a abordagem chinesa em conflitos e respeito à decisão dos países sobre qual caminho de desenvolvimento seguir, além de também expressar a importância do desenvolvimento para resolver todos os problemas:

China respects the sovereignty and territorial integrity of other countries, and the social system and development path independently chosen by the people of these countries. China stands ready to share its development experience with other countries and provide necessary assistance in time of need. Yet, we have no intention to export our development model or to lecture others. Nor do we attach any political strings to our assistance. (...) In a world fraught with challenges and mounting risks, China will remain on the side of peace and justice. We will actively explore and apply a Chinese approach to addressing hotspot issues, and play a constructive role in upholding international peace and security. (...) Development is the master key to solving all problems. Development should be placed at the center of the global macro policy framework (YI, 2019).

Como marco dos seus 30 anos de participações em Operações de Paz da ONU, em 2020 a China publicou um documento no qual revisa o seu histórico de participação nas missões. Além disso, o documento apresenta as ideias chinesas sobre PKOs, as quais reforçam a importância do desenvolvimento, mediação e poder decisório do Estado local:

Peacekeeping operations should be aligned with preventive diplomacy and other-peace-related endeavors, and at the same time coordinated with political mediation, rule of law, national reconciliation, and improvement of living standards. China supports the UN in improving the peacekeeping system. With a focus on the primary tasks of UNPKOs, a bigger share of limited resources should be allocated to development. China advocates that the rights of host-nation governments to independently choose social systems and development paths based on their national conditions, and local people's right to subsistence and development should be respected (STATE COUNCIL, 2020).

Mais recentemente a China publicou um documento sobre a *Global Security Initiative* (GSI), o qual apresenta a visão chinesa para as questões de segurança global, demonstrando uma assertividade maior da China em ser um ator importante nesse campo, propondo soluções próprias. Tais soluções remetem a conceitos que estão presentes na *developmental peace*, sendo possível identificar referências aos seus 4 principais pontos: desenvolvimento, estado forte, mediação e PKOs. Segue abaixo alguns trechos do GSI relacionados a esses pontos:

Desenvolvimento e segurança:

The issue of security bears on the well-being of people of all countries, the lofty cause of world peace and development, and the future of humanity. (...) Upholding world peace and security and promoting global development and prosperity should be the common pursuit of all countries (MFAPRC, 2023)

Estado Forte e soberania:

We believe all countries, big or small, strong or weak, rich or poor, are equal members of the international community. Their internal affairs brook no external interference, their sovereignty and dignity must be respected, and their right to independently choose social systems and development paths must be upheld (MFAPRC, 2023).

Mediação:

Stay committed to peacefully resolving differences and disputes between countries through dialogue and consultation. War and sanctions are no fundamental solution to disputes; only dialogue and consultation are effective in resolving differences. (...) Promote political settlement of international and regional hotspot issues. Encourage the countries concerned to overcome differences and resolve hotspots through candid dialogue and communication (MFAPRC, 2023)

PKOs e ONU:

Support UN efforts to enhance conflict prevention and fully harness the peace-building architecture to assist post-conflict states in peace-building. Further leverage the Secretary-General's Peace and Security Sub-fund of the China-UN Peace and Development Trust Fund and support a bigger UN role in global security affairs. (...) Support the UN in enhancing capacity for implementing its peacekeeping mandate, uphold the three principles of "consent of the parties, impartiality, and non-use of force except in self-defense and defense of the mandate" for peacekeeping operations, prioritize political solutions, and take a holistic approach to address both symptoms and root causes (MFAPRC, 2023).

Analisando a comunicação oficial do governo da China é possível perceber muitas referências aos conceitos de *developmental peace*, o que pode sugerir uma abordagem mais coesa por parte do governo no futuro, indicando o quanto a China almeja se posicionar no campo de segurança global como alternativa às grandes potências ocidentais e à agenda liberal, promovendo suas próprias ideias e conceitos.

7 ESTUDO DE CASO: SUDÃO DO SUL

Para verificar a existência ou não de uma abordagem de paz da China (*developmental peace*) por meio do engajamento na ONU, esse trabalho busca verificar possíveis ações e práticas chinesas em um contexto específico. Sendo assim, foi optado pela realização de um estudo de caso: o Sudão do Sul. Essa escolha se dá por 3 motivos: 1) É um país com segurança instável por conta da guerra civil que teve início em 2013 e que, mesmo com o acordo de paz realizado em 2018, ainda sofre insegurança. 2) Desde 2013, o Sudão do Sul recebe Operações de Paz da ONU (UNMISS), por isso ele pode dar indícios de como a agenda de paz da China se relaciona com a agenda da ONU. 3) A China possui uma grande relação com o Sudão do Sul, principalmente por causa do comércio, já que a China é a maior parceira do país.

7.1 Relação Sudão-China Pré Independência Do Sudão Do Sul

Sudão e China estabeleceram relações diplomáticas em 1959, baseadas nos princípios da não-interferência mútua e respeito pela soberania. No campo diplomático, o Sudão foi um grande apoiador da ascensão da República Popular da China à ONU, substituindo Taiwan em 1971 (MAGLAD, 2007). Na parte econômica, destacava-se a exportação de algodão sudanês para a China, e a importação de bens manufaturados e de capital chineses, embora esse comércio fosse muito representativo para os dois países até o final da década de 90. Em 1998, as exportações para China equivaliam a menos de 1 % do total exportado pelo Sudão, sendo que a maior parte desse fluxo provia da agricultura, assim como 80% do total de exportações do país africano (MAGLAD, 2007).

Apesar do pequeno fluxo comercial, havia iniciativas de cooperação, como por exemplo, na década de 70, quando os dois países assinaram alguns acordos de cooperação econômica e técnica, resultando em projetos de ajuda externa que envolviam empréstimos sem juros por parte da China. Entre os projetos, podemos destacar o envio de médicos chineses ao Sudão e a construção do Friendship Hall em Cartum; a Ponte de Singa Town e o Friendship Hospital (MAGLAD, 2007).

7.1.1 Sudão e o Petróleo

Em 1974, A Chevron foi a primeira empresa que investiu no ainda potencial setor petrolífero do Sudão, conseguindo um bom avanço com a descoberta de vários campos de petróleo e com o investimento US\$ 1 bilhão (PATEY, 2007).

Porém, o país vivia tensões sociais grandes, principalmente por conta da divisão étnica entre o norte e o sul do Sudão. O Norte possui uma população majoritariamente árabe e islâmica, enquanto o sul possui uma população preta e cristã. Além disso, por conta da capital Cartum ser localizada no norte, o sul era preterido na distribuição de recursos e desenvolvimento. Com esses fatores, em 1982 teve início a Segunda Guerra Civil do Sudão, disputada entre o governo e o movimento rebelde do Sul, o SPML (Movimento Popular da Libertação do Sudão) (HODZI, 2019).

Com a guerra em curso, o Sudão já não conseguia oferecer segurança aos investimentos da Chevron. O episódio mais simbólico desse cenário foi o ataque de rebeldes a uma das instalações da empresa, que causou a morte de 3 trabalhadores em 1984. Somado a isso, em 1989 ocorreu um golpe militar e o país passou a ser comandado por Omar al-Bashir, que tinha vínculos com movimentos terroristas (PATEY, 2007). A partir disso, a relação do Sudão com o governo dos Estados Unidos se deteriorou bastante, inclusive com a aplicação de sanções americanas a Cartum. Com esse cenário, a manutenção da Chevron no Sudão se tornou insustentável.

Após a saída definitiva da Chevron em 1992, a CNPC (empresa estatal chinesa), chega ao Sudão para investir na exploração de petróleo, mudando completamente a história do Sudão e do setor petrolífero chinês (PATEY, 2014). A CNPC não era a única empresa petrolífera estrangeira presente do Sudão, porém a mais importante. Junto com empresas da Malásia e Índia (e anteriormente, Canadá), formou a *joint venture* GNPOC (*Greater Nile Petroleum Company*), responsável pelos maiores campos do Sudão. A CNPC detém 40 % da GNPOC (PATEY 2017).

Quando a CNPC chegou ao país em 1995, pôde se aproveitar em parte dos avanços que já haviam sido feitos pela Chevron na década de 80. Sendo assim, seus investimentos no país tiveram retorno em um prazo relativamente curto. Em 1999, 600.000 barris de petróleo sudanês chegavam ao Mar Vermelho, e o Sudão se tornava

um país exportador de petróleo (LARGE, 2007). Além da descoberta e exploração dos novos campos, a CNPC também investiu em toda a infraestrutura petrolífera, construindo um oleoduto de 1.600 km que liga os campos até o Porto Sudão, além de uma refinaria perto de Cartum (ANTHONY; HENGKUN, 2014; PATEY, 2017).

Com esse novo patamar atingido pelo Sudão, a pauta do seu comércio exterior mudou completamente, com a agricultura perdendo espaço e o petróleo passando a representar 90% das exportações do país. A China recebia cerca de 80% do petróleo sudanês, tornando-se assim a maior parceira comercial do Sudão (LARGE, 2012). O volume total de exportações para a China passou de US\$ 27,8 milhões em 1999 para US\$ 4,2 bilhões em 2006, equivalendo a uma evolução na participação chinesa nas exportações do Sudão de 3,6 % em 1999 para 75 % em 2006. Entre 2000 e 2006, o petróleo correspondeu a praticamente 99% das exportações para a China (MALGLAD, 2007). Nas importações, a China correspondia a 20,7 % do volume importado pelo Sudão, com maior predominância de maquinários e bens manufaturados (LARGE, 2007; LARGE, 2012). O grande volume de petróleo fez com que o Sudão se tornasse o terceiro maior exportador africano desse minério para a China, perdendo apenas para Nigéria e Angola (LARGE, 2007). Entre 1999 e 2011, foi responsável por 5 % das importações de petróleo da China, o que equivalia a aproximadamente 2 e 3 % do consumo total chinês.

Além do crescimento do comércio, o *boom* do petróleo também atraiu maior investimento chinês no Sudão. Entre 2009 e 2010, 3 % do Investimento Estrangeiro Direto chinês foi para o Sudão (YAGOOB; ADAM; TING, 2015). Esse grande volume fez com que a China se tornasse a principal aliada do governo de Cartum, mantendo assim boas relações com o NCP (Partido do Congresso Nacional), o partido dominante (LARGE, 2007)

A CNPC também colheu os frutos dessa relação. Entre 2003 e 2007, o Sudão representava 40% da produção internacional da CNPC e 6,7 % do seu total. Além dos lucros obtidos com esse volume, a operação no Sudão também foi importante para a CNPC ganhar experiência em projetos no exterior, pois foi a primeira experiência da empresa fora da China. Esse foi o primeiro passo da sua expansão internacional, pois em 2014 a CNPC estava presente em 37 países (PATEY, 2017).

7.1.2 Fim da Guerra no Sudão e início do processo de Independência do Sudão do Sul

Após 23 anos de conflito e muitos esforços de mediação de potências estrangeiras como Estados Unidos e China, em 2005 o governo de Cartum (NCP) e os rebeldes do Sul (SPLM) chegaram a um entendimento e assinaram o acordo de paz, o *Comprehensive Peace Agreement* (CPA). O acordo estabelecia que seria formado um governo de união, composto pelo NCP e o SPLM. Tal governo teria duração até 2011, quando seria feito um referendo no Sul do país, para que a população se decidisse entre a independência do Sudão do Sul ou a manutenção da unidade do país (HODZI, 2019; LARGE, 2012). A China era favorável à manutenção da unidade do Sudão, pois 75 % das reservas de petróleo do país ficavam no Sudão do Sul, porém o líder do futuro país, Salva Kiir, era favorável à independência. (LARGE, 2012; HODZI, 2019; PATEY, 2017). Outro ponto da CPA era o estabelecimento da Operação de Paz da ONU (UNMIS) para dar suporte à implementação do acordo. Já em 2005, a China enviou suas primeiras tropas (engenheiros) para Wau, no futuro Sudão do Sul (LARGE, 2012).

A partir do CPA, a China começou a estabelecer relações com o futuro governo do Sudão do Sul, já que o novo país se tornaria detentor da maior parte dos investimentos feitos no Sudão, principalmente os ativos da CNPC. Em 2007, Kiir visitou Pequim, e no ano seguinte, a China abriu um consulado em Juba (LARGE, 2012; PATEY, 2017; JOHANSON, 2016). Essa cooperação com o novo país também era feita por meio das empresas chinesas que estavam em seu território, havendo iniciativas de cooperação no ramo de construção e serviços, como hotéis e clínicas de saúde. A CNPC era a empresa mais atuante nessa cooperação, e em 2010 abriu um escritório em Juba (PATEY, 2017).

Mesmo com esse engajamento, a China ainda enfrentava grande resistência em sua aproximação com o Sudão do Sul, devido ao seu longo histórico de relação e aliança com o governo de Cartum. A percepção do Sul é de que a China acabou contribuindo com a opressão exercida pelo Norte em relação ao Sul, o que de fato acabou ocorrendo, pois com renda gerada pelo petróleo, o governo de Cartum comprou armas e munição, até mesmo de empresas chinesas, que foram usados no conflito (LARGE, 2007). Além disso, é importante mencionar que o processo de independência do Sudão do Sul foi amplamente patrocinado pelo governo dos Estados Unidos, e que nesse primeiro

momento o governo de Juba se via mais próximo do governo americano, priorizando assim as relações com o ocidente (YANG, 2012; LARGE, 2012).

Outra questão que afetava os investimentos chineses no Sudão após a CPA era a segurança, principalmente no caso da CNPC. Patey (2017) faz uma análise de fatores que explicam isso: a) Durante a Guerra, o governo de Cartum provia muita segurança para os campos petrolíferos, mesmo sendo através de assassinatos e deslocamento forçado de civis. Após a CPA, o governo do Norte perdeu sua força no Sul. b) O conflito de Darfur, no oeste do Sudão, recebeu tropas que antes protegiam os campos. c) Muitas milícias que auxiliavam Cartum na proteção acabaram se juntando ao governo do Sudão do Sul. d) As unidades integradas de Cartum e Juba designadas pela CPA para proteger os campos eram ineficazes. e) Atacar a CNPC era visto como um modo de enfraquecer Cartum. Situação semelhante à vivida pela Chevron na década de 80. (PATEY, 2017). Houveram vários ataques à CNPC no período. O mais letal deles foi em 2008, quando 9 trabalhadores chineses foram sequestrados e, na tentativa de resgate, 5 deles foram mortos. (PATEY, 2014).

7.2 Independência E Guerra Civil: Início Da Unmiss

Em julho de 2011, finalmente o Sudão do Sul se tornou independente, após o referendo realizado em janeiro apontar 98 % dos eleitores favoráveis à separação. Além da China ter dado suporte financeiro ao referendo, foi um dos primeiros países a reconhecer o novo Estado (HODZI, 2019). Porém, em dezembro de 2013, inicia-se uma Guerra Civil no país, originada no conflito entre o presidente Kiir e seu vice-presidente, Riek Machar. Kiir acusou Machar de tentar usurpar o poder, e por isso mandou prendê-lo. Machar conseguiu fugir e organizou a oposição armada, representada pelo grupo SPLM-IO (SPLM In Opposition). Além do conflito político, essa guerra também representa dois grupos étnicos: Kiir faz parte dos Dinkas e Machar faz parte dos Nuers. (MADUT, 2019; HODZI, 2019).

A guerra levou ao fechamento de vários campos de petróleo, com alguns deles sofrendo danos a sua estrutura e sendo dominados pelos rebeldes, afetando a produção de petróleo do país. A CNPC precisou interromper a construção da primeira refinaria do

país, em Bentiu. Outras empresas chinesas como Sinohydro e CHEC também tiveram suas operações afetadas (PATEY, 2017; HODZI, 2019). Além disso, os Estados Unidos, que apoiaram a independência e almejaram aumentar sua presença econômica no Sudão do Sul, acabaram recuando por conta de toda a instabilidade do país, focando mais em se tornar um aliado político do país, enquanto a China continuava sendo a maior investidora (YANG, 2012; MADUT, 2019).

Conforme acordado pela CPA, após a independência do Sudão do Sul, as Operações de Paz do Sudão automaticamente migraram para o novo Estado, se tornando a *United Nations Mission in South Sudan* (UNMISS). O objetivo primário era continuar dando suporte à implementação do CPA. Porém, com o início da Guerra, o Conselho de Segurança da ONU se articulou para aumentar a quantidade de peacekeepers e ampliar o seu mandato. A China teve um papel muito importante nesse processo, pois conseguiu incluir no mandato da PKO a tarefa de proteger a infraestrutura petrolífera do país, incluindo as instalações chinesas, com base no argumento de que ataques nesse setor poderiam desestabilizar ainda mais a economia do Estado recém-formado. Sendo assim, a resolução 2155 do Conselho de Segurança foi aprovada em maio de 2014 (HODZI, 2019; MADUT, 2019).

Mesmo com a presença das tropas de paz no país, a população do Sudão do Sul sofreu bastante com a guerra civil. Segundo um estudo da LSHTM, entre 2013 e 2018 aproximadamente 383.000 pessoas perderam a vida, direta ou indiretamente, por conta do conflito. Mortes violentas somaram um total de 190.000 pessoas (LSHTM, 2018). Em relação a movimentos forçados de indivíduos, estima-se um total de 2,5 milhões de refugiados em países vizinhos e 2,2 milhões de pessoas deslocadas internamente (SUNDBERG, 2020).

7.3 Atuação Da China No Sudão Do Sul: Evidências De Developmental Peace?

Para verificarmos se a atuação da China no Sudão do Sul é um reflexo de seu engajamento em *developmental peace*, podemos listar as ações chinesas dividindo-as de acordo com os 4 principais pontos da abordagem de paz chinesa: engajamento em PKOs, suporte à mediação, iniciativas de desenvolvimento e priorização do Estado local.

Como já dito anteriormente, a China contribuiu com 1.058 peacekeepers para as operações de paz no Sudão do Sul em 2021, tendo atingido um pico de 1.080 em 2019 (PEACEKEEPING, 2023). No começo de 2015, a China enviou um batalhão completo de tropas de combate para servir nas Operações de Paz do Sudão do Sul, equivalente a 700 soldados, sendo esse um movimento marcante, pois foi a primeira vez que o país enviou tropas de combate para uma PKO (HODZI, 2019; MADUT, 2019). As tropas chinesas na UNMISS têm cumprido um papel de proteção de civis, sendo designadas para o *Protection of Civilians Site* (POC site) de Juba. Em julho de 2018, havia 6 POC sites hospedando mais de 200.000 refugiados no Sudão do Sul, com o POC site de Juba abrigando quase 40.000 pessoas sob a proteção das tropas chinesas, sendo o segundo maior POC site do país (CONING; OSLAND 2020; UNMISS, 2018).

Apesar de ser localizado na capital, o POC site também foi alvo de violência: em 2016, durante uma luta armada na cidade, o POC site sofreu ataques e 2 peacekeepers chineses morreram (SOUTH CHINA MORNING POST, 2016). Esse ataque gerou impacto no público doméstico chinês, com repercussões nas redes sociais e grandes manifestação públicas no retorno dos corpos dos soldados (WSJ, 2016; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). O governo chinês passou a defender medidas de segurança mais efetivas para os peacekeepers por meio de proposição de agendas com essa temática, como o apoio à aprovação da resolução 2518 durante seu mandato de presidência no Conselho de Segurança em 2020 e a liderança na criação do *Group of Friends on Safety and Security of UN Peacekeepers*, que envolve a China e mais de 40 outros países, entre eles Brasil e Índia (FUNG, 2023; CHINA-ORG; 2021).

Além das tropas, a China também tem atuado nas tentativas de mediações do conflito. O principal ator empenhado nessa tarefa desde o início do conflito é o IGAD (Intergovernmental Authority on Development), bloco formado por 8 países do leste africano, entre eles o Quênia, a Etiópia, a Uganda e o Sudão. Em 2015, com o objetivo específico de aumentar a capacidade de mediação no Sudão do Sul, foi criado o IGAD Plus, que agregou o suporte de um grupo de Estados e organizações internacionais. Os membros de grupo adicional são: China, Estados Unidos, Noruega, Reino Unido, União Europeia, ONU e mais 5 nações da União Africana (VOA, 2015). Nesse contexto, a China cumpre um papel de facilitador de negociações sem necessariamente sugerir uma

agenda. Por conta da sua importância econômica para o Sudão do Sul, consegue exercer uma ação maior para que as negociações ocorram, mas sempre reiterando o papel de liderança do IGAD e dos outros atores africanos no processo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017; KUO, 2020; MARIANI, 2022).

Um exemplo de iniciativa chinesa de mediação foi o encontro organizado pelo ministro de relações exteriores da China, Wang Yi, no ano de 2015 em Cartum. Esse encontro reuniu as duas partes conflitantes e o IGAD. Ao realizar o encontro no Sudão e mais uma vez reafirmar o papel de liderança do IGAD nas negociações, a China reforçou ainda mais o seu reconhecimento dos estados regionais como atores chave no processo de paz do Sudão do Sul. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017; KUO, 2020; ZHANG, 2020)

Com a formação do IGAD Plus, as mediações se tornaram mais efetivas. Em 2015 foi assinado um acordo de paz entre as partes, o ARCIS (Agreement on the Resolution of Conflict in South Sudan). Porém, no ano seguinte a violência retornou (ataque ao POC site em Juba como exemplo), fazendo com que o processo de paz regredisse. Em 2018, em mais uma mediação do IGAD Plus, foi assinado um novo acordo, o R-ARCIS (Revitalized ARCIS), o qual cessava as hostilidades e estipulava uma formação de governo transitório formado pelos dois líderes do conflito, Kiir como presidente e Machar como vice-presidente, até a realização de novas eleições. Além disso, foi criada uma comissão mista de monitoramento e avaliação do processo de paz, a R-JMEC (Revitalized Joint Monitoring and Evaluation Commission), da qual fazem parte grupos da sociedade civil do Sudão do Sul e países da África e de outras partes do mundo envolvidos no processo, entre eles a China (ZHANG, 2020; IGAD 2018).

Vale destacar que nas votações do Conselho de Segurança envolvendo o conflito, a China segue a posição dos países africanos, da IGAD e União Africana, sendo esse um modo de reforçar o seu suporte ao poder decisório desses países (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Com isso, a China promove um entendimento de que problemas africanos requerem soluções africanas (*African solutions for African Problems*) (MARIANI, 2022; KUO, 2020; YI, 2021).

Na questão do suporte ao desenvolvimento no Sudão do Sul, podemos destacar o discurso de Wu Haitao, embaixador chinês, no Conselho de Segurança em 2018, no

qual foi reiterada a necessidade da comunidade internacional de focar na questão do desenvolvimento e da situação humanitária do Sudão do Sul, provendo assistência ao governo (HAITAO, 2018). Sendo assim, a China segue oferecendo ajuda externa sem condicionais ao Sudão do Sul, o que a difere dos doadores tradicionais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017; LOGO; MARIANI, 2022).

Além da ajuda humanitária, a China também investiu em projetos de infraestrutura e construção. Até 2016, empresas chinesas haviam assinado 33 contratos de construções no país, dos quais podemos destacar o projeto de expansão do aeroporto de Juba, no valor de US\$ 158 milhões, que foi iniciado e finalizado durante a guerra civil (ZHANG, 2020). Por meio do BRI, foi finalizada em 2022 a construção de uma rodovia que liga Juba a outras partes do país, além do próprio POC site de Juba ter sido construído por uma empresa chinesa (XINHUA, 2022; UNMISS, 2014). O contingente de *peacekeepers* chineses também é composto por engenheiros e outros profissionais técnicos, possibilitando a contribuição dos *peacekeepers* diretamente no desenvolvimento do Sudão do Sul, como, por exemplo, a reabilitação de uma estrada no estado de Unity (ZAWYA, 2023). A China também contribui na área de saúde, tendo ampliado o prédio do hospital de Juba, além de manter uma equipe médica chinesa baseada no local, o que contribui para a cooperação técnica em todo o país (RADIO TAMAZUJ, 2019; XINHUA, 2023). Ao todo, entre 2012 e 2017, a China financiou a quantia aproximada de US\$ 4,1 bilhões em projetos de desenvolvimento no Sudão do Sul (AID DATA, 2021).

Outro ponto importante é a relação comercial da China com o Sudão do Sul, que é altamente dependente do petróleo. Segundo o International Trade Centre (ITC), entre o 2013 e 2021, o petróleo foi responsável por 97% das exportações totais do país no período (ITC, 2023). Porém, tem havido uma queda na produção de petróleo: no ano fiscal de 2013-14 foram vendidos 33,1 milhões de barris de petróleo, porém, em 2020-21 foram vendidos apenas 15,4 milhões de barris (MINISTRY OF PETROLEUM, 2018). Dois motivos explicam essa queda de produção. O primeiro é a própria guerra civil, que torna o ambiente inseguro para as empresas petrolíferas. A CNPC, por exemplo, se viu obrigada a evacuar seus funcionários quando o conflito começou (KUO, 2020; MARIANI; ADHIKARI; ZHOU, 2023); O segundo motivo é o esgotamento cada vez mais próximo

das reservas de petróleo ativas no país, fato alertado pelo próprio ministério do petróleo, que clama por novos investimentos para sustentar a produção (REUTERS, 2021). A queda do volume de petróleo reflete diretamente nos valores das exportações do Sudão do Sul. Em 2014, houve uma receita total de US\$ 4,4 bilhões em produtos exportados, ao passo que em 2018, a receita total foi de apenas US\$ 1,6 bilhões (ITC, 2023).

Mesmo com toda essa variação, a China se manteve com o principal comprador de petróleo do país, respondendo por 98% das exportações do produto entre 2013 e 2021, mantendo-se como a principal parceira econômica do Sudão do Sul (ITC, 2023). Em 2019, a CNPC anunciou a descoberta de um novo campo de petróleo com grande potencial de incrementar a produção atual (S&P GLOBAL, 2019).

A China tende a priorizar a relação direta com o governo do Sudão do Sul, sem envolver os atores subestatais locais ou outros atores internacionais, deixando para o Estado decidir como os recursos provenientes de ajudas e investimentos devem ser distribuídos e aplicados (KUO, 2020). Esse é um modo de reforçar o papel central do Estado na condução do desenvolvimento, enfatizando a sua soberania. Dos US\$ 4,1 bilhões⁶ em recursos financiados pela China em projetos de desenvolvimento no Sudão do Sul mencionados anteriormente, cerca de 99% foi disponibilizado em parceria direta com o governo local⁷ (AID DATA, 2021). Em comparação, dos cerca de US\$ 4,2 bilhões⁸ de ajuda externa fornecidos pelos Estados Unidos ao Sudão do Sul no mesmo período, apenas US\$ 350 mil tiveram o governo local como implementador. O restante do valor concedido teve implementação de organizações multilaterais, ONGs internacionais e do governo americano (U.S. FOREIGN ASSISTANCE, 2023).

Ao mesmo tempo em que a abordagem americana (e de outros doadores tradicionais, como Reino Unido) é alvo de críticas por não envolver atores nacionais, limitando assim o *local ownership* do processo de desenvolvimento (CDG, 2022; ZAMBAKARI, 2016; LEONARDSSON; RUDD, 2015), a China também é alvo de críticas

⁶ Valor referente à ajuda externa e investimentos.

⁷ O *Aid Data* (2021) fez um levantamento total de 100 projetos de desenvolvimento no período 2012-2017, porém apenas 56 deles continham informações sobre a identidade das agências receptoras e implementadoras. Desses 56 projetos, 53 identificaram o governo local como receptor ou implementador. Os 47 projetos sem informações completas foram considerados como não governamentais. Do mesmo modo, a proporção dos recursos ficou em 99/1.

⁸ Valor referente à ajuda externa.

por sua abordagem direta com o governo do Sudão do Sul. Há relatos de corrupção na elite do governo formada por militares e, segundo estudos, essa elite se apropria indevidamente de parte dos recursos, provenientes sobretudo das receitas do petróleo, para sua própria manutenção no poder (WAAL, 2014; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2021). Sendo assim, essa abordagem *top-down* acaba excluindo comunidades afetadas pela guerra do escopo de desenvolvimento, fazendo com que a população local não seja assistida corretamente (KUO, 2020; HIRONO, 2023; LOGO; MARIANI, 2022).

Com os pontos levantados ao longo do capítulo, podemos estabelecer conexões da abordagem chinesa com características da *developmental peace*. A China tem um grande engajamento com as Operações de Paz no Sudão do Sul, auxiliando na proteção de civis e enfrentando os riscos inerentes às tarefas de segurança. Na questão da mediação, a China busca estabelecer o diálogo entre as partes do conflito sul-sudanês, de modo a apoiar as soluções formuladas pelas iniciativas locais e regionais, inclusive refletindo esse apoio nas suas votações no Conselho de Segurança. Em relação ao desenvolvimento, a China advoga pela sua priorização como melhor forma de resolver as causas do conflito no Sudão do Sul, além de também proporcionar recursos de ajuda externa sem condicionalidades e realizar investimentos na infraestrutura do país. Além disso, a China se mantém como maior parceira comercial do Sudão do Sul, o que também auxilia no desenvolvimento do país africano. Por fim, a China estabelece uma relação direta com o governo do Sudão do Sul na canalização de recursos, o que fortalece o papel do Estado como ator central no desenvolvimento, favorecendo o *local ownership*.

CONCLUSÃO

No ano de sua entrada na ONU, em 1971, o PIB da China era cerca de 12 vezes menor que o PIB dos Estados Unidos. Hoje, o PIB chinês equivale a quase $\frac{3}{4}$ do PIB americano (WORLD BANK, 2023). Esse crescimento no campo econômico também se materializou no campo geopolítico. A China se tornou um dos atores mais importantes no sistema internacional com grande poder de influência nas agendas econômicas e de desenvolvimento.

Essa pesquisa buscou compreender as manifestações da ascensão chinesa no âmbito da ONU, principalmente na agenda de segurança da Organização, com o maior engajamento da China nas Operações de Paz. O fato da China ser uma grande financiadora e contribuidora de tropas faz com que ela tenha uma posição única na agenda de segurança da ONU. Por essa razão, a pesquisa focou em averiguar como os princípios chineses de segurança e desenvolvimento se projetam na agenda das Operações de Paz, a qual possui um histórico de ideias predominantemente liberais.

Com isso, foram apresentados os elementos da abordagem de paz chinesa, definida por alguns acadêmicos como *developmental peace*, que envolve os campos de segurança e desenvolvimento no engajamento da China em conflitos globais. Conforme explorado na pesquisa, tal abordagem de paz chinesa difere da chamada *liberal peace* em vários pontos, como: priorização do desenvolvimento ao invés de reformas políticas e de governança; canalização de recursos via governos nacionais ao invés do intermédio de atores internacionais não locais; e apoio às mediações com soluções formuladas localmente, ao invés de mediações com soluções externas.

Essas características e diferenças da *developmental peace* em relação à *liberal peace* ocidental enfatizam a importância de compreendermos a aplicação da abordagem de paz chinesa. Sendo assim, a pesquisa indaga se a China exporta sua agenda de paz por meio de sua participação nas Operações de Paz da ONU, analisando as iniciativas da China no Sudão do Sul, maior recebedor de peacekeepers chineses.

Após os pontos levantados na pesquisa, a hipótese parece se confirmar, pois há grandes indícios de aplicação de elementos da *developmental peace* na relação entre China e Sudão do Sul. Isso aponta para um maior engajamento da China na busca por resoluções de conflitos globais, buscando se tornar um dos principais atores na agenda de segurança e desenvolvimento. Ao empregar seu próprio modelo de abordagem de paz, a China pode se posicionar como uma alternativa nas resoluções de conflito, em relação às potências ocidentais.

É importante salientar que já existem algumas críticas a essa abordagem chinesa de paz. Essas críticas abordam o fato de que investimento em desenvolvimento sem uma boa governança ou sem envolver os atores subestatais locais não garante o estabelecimento sustentável da paz (BROSIG, 2020; HIRONO, 2023; RAPANYANE;

SETHOLE, 2020; KUO, 2020; WONG, 2021). A intenção dessa pesquisa não foi fazer um julgamento da efetividade da abordagem chinesa na resolução de conflitos, mas sim entender como essa abordagem é formulada e verificar como ela é manifestada na prática, especialmente em um país que já é foco da agenda de segurança da ONU, como é o caso do Sudão do Sul. Por ter aumentado seu engajamento no sistema ONU nos últimos anos e hoje ser um dos principais atores nas Operações de Paz, devemos observar como a China atuará na questão de segurança por meio da plataforma da ONU e de que modo irá tentar exportar a sua própria agenda de paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABB, Pascal. China's emergence as a peacebuilding actor: from 'peaceful development' to 'developmental peace?'. **The Asia Dialogue**, Nottingham, Dec. 2018. Disponível em: <https://theasiadialogue.com/2018/12/24/chinas-emergence-as-a-peacebuilding-actor-from-peaceful-development-to-developmental-peace>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ABB, Pascal; SWAINE, Robert; JONES, Ilya. **Road to peace or bone of contention?** The impact of the belt and road initiative on conflict states. Frankfurt, 2021.

AID DATA. AidData's global chinese development finance dataset, version 2.0. **Aid Data**, Williamsburg, Sep. 2023. Disponível em: <https://www.aiddata.org/data/aiddatas-global-chinese-development-finance-dataset-version-2-0>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ALDEN, Chris; LARGE, Daniel. On Becoming a Norms Maker: chinese foreign policy, norms evolution and the challenges of security in Africa. **The China Quarterly**, v. 221, p. 123-142, 2015.

ANTHONY, Ross; HENGKUN Jiang, Security and engagement: the case of China and South Sudan. **African East-Asian Affairs**, v. 4, p. 78-97, 2014.

BELLAMY, Alex J; WILLIAMS, Paul D. Broadening the base of United Nations troop-and police contributing countries. **International Peace Institute**; 2012.

BENABDALLAH, Lina. China's peace and security strategies in Africa: building capacity is building peace?. **African Studies Quarterly**, v. 16, n. 3/4, p. 17, 2016.

BENNER, Thorsten. Brazil as a norm entrepreneur: the "Responsibility While Protecting" initiative. **Global Public Policy Institute**, Berlin, Mar. 2013. Disponível em: https://www.gppi.net/media/Benner_2013_Working-Paper_Brazil-RWP.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

BEST, Lucy. What Motivates Chinese Peacekeeping. **Council on Foreign Relations**, New York, Jan. 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/what-motivates-chinese-peacekeeping>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BIJAN, Zheng. China's "Peaceful Rise" to great-power status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, p.18-24, 2005. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-09-01/chinas-peaceful-rise-great-power-status>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BOULDEN, Jane. United Nations operation in Congo (ONUC). *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p.160-170.

BRAUTIGAM, Deborah. China's aid policy. *In*: FEN, Shenggen; KANBUR, Ravi; WEI, Shang-Jin et al. **The Oxford Companion to the Economics of China**. Oxford Academics, 2014. p.132-136.

BROSIG, Malte. A role model for Africa or exceptional engagement? Assessing China's South Sudan experience. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 126, p. 871-886, 2020.

CABESTAN, Jean-Pierre. China's Involvement in Africa's Security: the case of China's participation in the UN mission to stabilize Mali. **The China Quarterly**, v. 235, p. 713-734, 2018.

CGD. How much foreign aid reaches foreign governments?. **Center for Global Development**, Washington DC, May. 2022. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/how-much-foreign-aid-reaches-foreign-governments>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CGTN. China calls for increasing developing countries voice at UNSC. **CGTN**, Beijing, Feb. 2022. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-02-23/Chinese-FM-meets-co-chairs-for-UNSC-reform-talks-17SD4f28b1m/index.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CHANG-LIAO, Nien-chung. China's new foreign policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v. 12, n. 2, p. 82-91, 2016.

CHINA ORG. China, 40 plus countries launches Group of Friends on Safety and Security of UN Peacekeepers. **China.org.cn**, Beijing, Apr. 2021. Disponível em: http://www.china.org.cn/world/2021-04/28/content_77448428.htm. Acesso em: 01 jul. 2023.

COLEMAN, Katharina P; NYBLADE, Benjamin. Peacekeeping for profit? The scope and limits of 'mercenary' UN peacekeeping. **Journal of Peace Research**, v. 55, n. 6, p. 726-741, 2018.

COLEMAN, Katharina; JOB, Brian L. How Africa and China may shape UN peacekeeping beyond the liberal international order. **International Affairs**, v. 97, n. 5, p. 1451-1468, 2021.

CONING, Cedric de. Africa and UN peace operations: implications for the future role of regional organizations. *In*: CONING, Cedric de; PETER, Mateja. **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order**. Palgrave Macmillan, 2019, p. 213-229.

CONING, Cedric de; OSLAND, Kari. **China's evolving approach to UN peacekeeping in Africa**. Oslo, 2020.

DEMEULEMEESTER, Julien Marcel. **Ascensão chinesa: uma análise sobre os seus impactos no Brasil**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

EASTIN, Luke J.L. Legitimacy Deficit: Chinese leadership at the United Nations. **Journal of Chinese Political Science**, v. 18, p. 389-402, 2013.

FOOT, Rosemary. China and UN Peacekeeping Operations: Beijing's political dilemmas. **Vereinte Nationen**, v. 6, n. 20, 2020.

FOOT, Rosemary. Doing some things in the Xi Jinping era: The United Nations as China's venue of choice. **International Affairs**, v. 90, n. 5, p. 1085-1100, 2014.

FUNG, Courtney J. China's Small Steps into UN Peacekeeping Are Adding Up. **International Peace Institute**, New York, May. 2023. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2023/05/chinas-small-steps-into-un-peacekeeping-are-adding-up/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FUNG, Courtney J. What explains China's deployment to UN peacekeeping operations?. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 16, n. 3, p. 409-441, 2015.

FUNG, Courtney J; LAM, Shing-hon. Mixed report card: China's influence at the United Nations. **Lowy Institute**. 2022.

FUNG, Courtney. China's troop contributions to UN peacekeeping. **US Institute of Peace**. 2016.

GARVER, John W. **China's quest: the history of the foreign relations of the people's republic, revised and updated**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GARWOOD-GOWERS, Andrew. China's "Responsible Protection" concept: Reinterpreting the Responsibility to Protect (R2P) and military intervention for humanitarian purposes. **Asian Journal of International Law**, v. 6, n. 1, p. 89-118, 2016.

GE, Wei. Special economic zones and the opening of the chinese economy: some lessons for economic liberalization. **World Development**, v. 27, n. 7, p. 1267-1285, 1999.

GOLDSTEIN, Avery. China's grand strategy under Xi Jinping: reassurance, reform, and resistance. **International Security**, v. 45, n. 21, p. 164-201, 2020.

GOWAN, Richard. *In*: WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. **The Oxford Handbook on the United Nations**. 2 Ed. Oxford University Press, 2018.

GREEN, Mark A. China is the top trading partners to more than 120 countries. **Wilson Center**, Washington, DC, Jan. 2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/china-top-trading-partner-more-120-countries>. Acesso em: 1 abr. 2023.

HAITAO, Wu. Security council cautiously commends South Sudan revitalized peace agreement amid concerns over commitment of signatories to implementation. **United Nations**, New York, Sep. 2018. Disponível em: <https://press.un.org/en/2018/sc13510.doc.htm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HIRONO, Miwa. China's expanding military power in Africa. In: CHAMBERS, Paul. **Dealing with China in a Globalized World**. Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p.71-80.

HIRONO, Miwa. China's Peacebuilding in South Sudan: "Top-down" adaptation and its effectiveness. In: CONING, Cedric de; SARAIVA, Rui; MUTO, Ako. **Adaptive Peacebuilding**. Palgrave Macmillan, 2023. p. 237-262.

HIRONO, Miwa. China's conflict mediation and the durability of the principle of non-interference: the case of post-2014 Afghanistan. **The China Quarterly**, v. 239, p. 614-634, 2019.

HODZI, Obert. South Sudan. In: HODZI, Obert. **The end of China's non-intervention policy in Africa**. Palgrave Macmillan, , 2019, p.169-207.

IGAD. Key provisions and justification for the agreement on the resolution of the conflict in the Republic of South Sudan. **United States Institute of Peace**, Washington DC, Jun. 2018. Disponível em: <https://www.usip.org/south-sudan-peace-process-digital-library/key-provisions-and-justification-arcss-and-description>. Acesso em: 15 jun. 2023.

IKENBERRY, Gilford John. The future of liberal world order: internationalism after America. **Foreign Affairs**, New York, v. 90, n. 3, p. 56-68, May/June. 2011. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/future-liberal-world-order>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **China's foreign policy experiment in South Sudan**. Bruxelas, 2017.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Oil or nothing: dealing with South Sudan's bleeding finances**. Brussels, 2021.

INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE. Visuals. **International Peace Institute**, New York. Disponível em: <https://www.ipinst.org/providing-for-peacekeeping-database/ppp-graphs>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ITC. List of importing markets for a product exported by South Sudan. **International Trade Centre**, Geneva, 2023. Disponível em: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm. Acesso em: 02 jul. 2023.

JINPING, Xi. Work together to build the silk road economic belt and the 21st century maritime silk road. **China International Development Cooperation Agency**. Beijing, May. 2017. Disponível em: http://en.cidca.gov.cn/2017-05/16/c_260434.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

JINPING, Xi. Xi vows peaceful development while not waiving legitimate rights. **english.people.cn**, Beijing, Jan. 2013. Disponível em: <http://en.people.cn/90785/8113230.html>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JOHANSON, Daniel. China's soft power in Sudan: increasing activity but how effective?. *In*: ZHANG, Xiaoling; WASSERMAN, Herman; MANO, Winston. **China's media and soft power in Africa: promotion and perceptions**. Palgrave Macmillan, 2016. p. 181-192.

JOHNSTON, Alastair Ian. China in a word of orders: rethinking compliance and challenge in Beijing's international relations. **International Security**, v. 44, n. 2, p. 9-60, 2019.

JOHNSTON, Alastair Ian. Is China a status quo power?. **International Security**, v. 27, n. 4, p. 5-56, 2003.

KAMPHAUSEN, Roy D. China's military operations other than war: the military legacy of Hu Jintao. *In*: **SIPRI Conference**. 2013.

KAUFMAN, Alison A. The "century of humiliation," then and now: chinese perceptions of the international order. **Pacific Focus**, v. 25, n. 1, p. 1-33, 2010.

KENKEL, Kai M. Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013.

KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. Introduction: Cold War Peacekeeping: 1964-1987. *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p.189-196.

KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. Introduction: Post-Cold War Peacekeeping: 1988-1998. *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p.261-268.

KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. Introduction: Peacekeeping in the Twenty-First Century: 1999-2013. *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p.607-616.

KOOPS; Joachim A.; TARDY, Thierry. The United Nations' Inter-organizational Relations in Peacekeeping. *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p. 60-77.

KUO, Steven C.Y. **Chinese peace in Africa: from peacekeeper to peacemaker**. Abingdon: Routledge, 2020.

LANTEIGNE, Marc. The role of UN Peacekeeping in China's expanding strategic interests. **US Institute of Peace**, 2018.

LARGE, Daniel. **Between the CPA and southern independence: China's post-conflict engagement in Sudan**. 2012.

LARGE, Daniel. China and the changing context of development in Sudan. **Development**, v. 50, n. 3, p. 57-62, 2007.

LEI; Zhao. Two Pillars of China's global peace engagement strategy: UN peacekeeping and international peacebuilding. **International Peacekeeping**, v. 18, n. 3, 2011. p. 344-362.

LEONARDSSON; Hanna; RUDD, Gustav. The 'local turn' in peacebuilding: a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 5, p. 825-839, 2015.

LI, Dongyan. How to understand the peacebuilding potential of the Belt and Road Initiative. *In*: FUNG, Courtney J.; GEHRMANN, Bjorn; MADENYIKA, Rachel F. et al. **New Paths and Policies towards Conflict Prevention; Chinese and Swiss Perspectives**. Routledge, 2021. p. 101-114.

LOGO, Kuyang H.; MARIANI, Bernardo. **Fragmentation of peacemaking in South Sudan: reality and perception**. Edinburgh: PeaceRep, 2022.

LSHTM. **Estimates of crisis-attributable mortality in South Sudan, December 2013-April 2018: a statistical analysis**. London: London School of Hygiene & Tropical Medicine, 2018.

MACIEL, Tadeu M.; DUARTE; João P.G.P. O nexó entre segurança e desenvolvimento no pós-Guerra Fria. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 25, n. 3, p. 730-759, 2019.

MACIEL, Tadeu M.; LEAL, Beatriz. As gerações de paz da ONU a partir de uma mirada pós-colonial. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 11, n. 21, p. 129-180, 2019.

MADUT, A. M. **South Sudan's engagement with China: foreign policy of a liberation movement in government**. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Oriental and African Studies, University of London. London, 2019.

MAGLAD, Nour Eldin A. Scoping study on chinese relations with Sudan. 2007.

MAMPILLY, Zachariah. Shifts in global power and UN peacekeeping performance: India's rise and its impact on civilian protection in Africa. **African Affairs**, v. 117, n. 467, p. 171-194, 2018.

MARIANI, Bernardo. **China's engagement in conflict and post-conflict settings: the quest for stability**. Edinburgh: PeaceRep, 2022.

MARIANI, Bernardo; ADHIKARI, Monalisa; ZHOU, Yiqi. **The role of domestic actors in China's international conflict management**. Edinburgh: PeaceRep, 2023.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Norton, New York, 2001.

MEDEIROS, Evan S. **China's international behavior: activism, opportunism and diversification**. RAND Corporation, 2009.

MERICS. China as a conflict mediator: maintaining stability along the belt and road. **Mercator Institute for China Studies**, Berlin, Aug. 2018. Disponível em: <https://www.merics.org/de/kommentar/china-conflict-mediator>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MERICS. MERICS China Security and Risk Tracker 02/2023. **Mercator Institute for China Studies**, Berlin, May. 2023. Disponível em: <https://merics.org/en/tracker/merics-china-security-and-risk-tracker-022023>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MFAPRC. The Global Security Initiative Concept Paper. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**, Beijing, Feb. 2023. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html. Acesso em: 13 abr. 2022.

MINISTRY OF PETROLEUM. MoP Petroleum Report: June, 2017-May, 2018 – Twelve Months Results. **Ministry of Petroleum**, Juba, Jun. 2018. Disponível em: https://www.mop.gov.ss/download/pubs/Petroleum_report_June_2017_-_May_2018_pdf-compressed.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

MITCHELL; Derek; MCGIFFERT, Carola. Expanding the "Strategic Periphery": a history of China's interaction with the developing world. In: EISENMAN, Joshua; HEGINBOTHAM, Eric; MITCHELL, Derek. **China and the Developing World**. An East Gate Book, London, 2007. p.3-25.

MONTENEGRO, Renan. China in UN Peacekeeping Operations: A 30-year assessment (1990-2019). **Contexto Internacional**, v. 43,n. 2, 2021.

NEWMAN, Edward. "Liberal" peacebuilding debates. In: NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. **New perspectives on liberal peacebuilding**. United Nations University Press, 2009. p. 26-53.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. Introduction. In: NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. **New perspectives on liberal peacebuilding**. United Nations University Press, 2009. p. 3-25.

NOVOSSELOFF, Alexandra. United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL I). *In*: KOOPS, Joachim A.; MACQUEEEN, Norrie; TARDY, Thierry et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, 2015. p.248-260.

PARIS, Roland. Peacebuilding and the limits of liberal internationalism. **International Security**, v. 22, n. 2, p. 54-89, 1997.

PATEY, Luke Anthony. Learning in Africa: China's overseas oil investments in Sudan and South Sudan. **Journal of Contemporary China** v. 26, n. 107, p. 756-768, 2017.

PATEY, Luke Anthony. State Rules: oil companies and armed conflict in Sudan. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 5, p. 997-1016, 2007.

PATEY, Luke Anthony. **The new kings of crude: China, India, and the global struggle for oil in Sudan and South Sudan**. Oxford, 2014.

PEACEKEEPING. Troop and police contributors. **United Nations Peacekeeping**, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 24 mar. /2023.

POH; Angela; LI, Mingjiang. A China in transition: the rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v. 13, n. 2, p. 84-97, 2017.

PU, Xiaoyu; WANG, Chengli. Rethinking China's rise: Chinese scholars debate strategic overstretch. **International Affairs**, v. 94, n. 5, p. 1019-1035, 2018.

RADIO TAMAZUJ. China hands over new Juba teaching hospital buildings. **Radio Tamazuj**, Juba, Nov. 2019. Disponível em: <https://radiotamazuj.org/en/news/article/china-hands-over-new-juba-teaching-hospital-buildings>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RAPANYANE, Makura B.; SETHOLE, Florence R. An afrocentric critique of China's security concerns in Africa: The cases of Mali and South Sudan. **Journal of Public Affairs**, v. 20, n. 3, 2020.

REUTERS. South Sudan oil output declines as fields reach peak. **Reuters**, London, Jul. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/south-sudan-oil-output-declines-fields-reach-peak-2021-07-02/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RICHARDSON, Courtney. A responsible Power? China and the UN peacekeeping regime. In: LANTEIGNE, Marc; HIRONO, Miwa. **China's Evolving Approach to Peacekeeping**. Routledge, 2012. p. 44-55.

RICHMOND, Oliver P. Beyond local ownership in the architecture of international peacebuilding. **Ethnopolitics**, v. 11, n. 4, p. 354-375, 2012.

RUIPENG, Mao. China's participation in and shaping of the UN's global peace and security agenda (中国对联合国和平安全 议程的参与和塑造). **Journal of International Security Studies**, v. 5, p. 39-66, 2021.

RUIPENG, Mao. Consultation and joint endeavor among all stakeholders: China's stance on multilateralism and the United Nations. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 5, n. 4, p. 471-492, 2019.

S&P GLOBAL. Chinese CNPC-led group discovers new oil field in South Sudan: minister. **S&P Global**, Kampala, Aug. 2019. Disponível em: <https://www.spglobal.com/commodityinsights/en/market-insights/latest-news/oil/082019-chinese-cnpc-led-group-discovers-new-oil-field-in-south-sudan-minister>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SAVKOV, Nikita. China's discourse and interests related to its role in U.N. peacekeeping. **Center for Strategic and Foreign Policy Studies**, Washington DC, Out. 2020. Disponível em: <https://forstrategy.org/en/posts/20201030>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. Unipolarity: China's vision of international order in an era of US decline. **International Security**, v. 36, n. 1, p. 41-72, 2011.

SIPRI. Military expenditure. **Stockholm International Peace Research Institute**, Stockholm, 2023. Disponível em: <https://www.sipri.org/research/armament-and-disarmament/arms-and-military-expenditure/military-expenditure#>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SOUTH CHINA MORNING POST. Two chinese UN peacekeepers killed, two seriously injured in attack in South Sudan. **South China Morning Post**, Tai Po, Jul. 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1988348/two-chinese-un-peacekeepers-killed-two-seriously>. Acesso em: 15 jun. 2023.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. White Paper on China's Peaceful Development Road. **China.org.cn**, Beijing, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2005/Dec/152669.htm>. Acesso em: 15 jun. 2023.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China and the World in the New Era. **Xinhua Net**, Beijing, Sep. 2019. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/27/c_138427541.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations. **The State Council**, Beijing, Sep. 2020. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/content_WS5f6449a8c6d0f7257693c323.html. Acesso em: 26 mai. 2022.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's International Development Cooperation in the New Era. **Xinhua Net**, Beijing, Jan. 2021. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2021-01/10/c_139655400.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

SUNDBERG, Ralph. UN Peacekeeping and forced displacement in South Sudan. **International Peacekeeping**, v. 27, n. 2, p. 210-237, 2020.

TARDY, Thierry. A Critique of robust peacekeeping in contemporary peace operations. **International Peacekeeping**, v. 18, n. 2, p. 152-167, 2011.

TARDY, Thierry. Hybrid peace operations: rationale and challenges. **Global Governance**, v. 20, n. 1, p. 95-118, 2014.

THOMAS, Nicholas; TOW, William T. The utility of human security: sovereignty and humanitarian intervention. **Security Dialogue**, v. 33, n. 2, p. 177-192, 2002.

U.S. FOREIGN ASSISTANCE. U.S. Foreign assistance by country: South Sudan. **Foreign Assistance**, 2023. Disponível em: <https://www.foreignassistance.gov/cd/south%20sudan/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UNITED NATIONS. An agenda for peace : preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping : report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992. **UN Digital Library**, New York, Jun. 1992. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/144858?ln=en>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Projects. **United Nations Peace and Development Trust Fund**, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/en/unpdf/projects>. Acesso em: 24 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Revenue by government donor. **CEB: UN System Chief Executives Board for Coordination**, 2023. Disponível em: <https://unsceb.org/fs-revenue-government-donor>. Acesso em: 24 mar. 2023.

UNITED NATIONS. UN Security Council meetings & outcomes tables. **United Nations: Dag Hammarskjöld Library**, 2023. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/sc/quick>. Acesso em: 24 mar. 2023.

UNMISS. China, UNMISS inaugurate new protection site in Juba. **UNMISS**, Juba, May. 2014. Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/china-unmiss-inaugurate-new-protection-site-juba>. Acesso em: 15 jun. 2023.

UNMISS. UNMISS “Protection of Civilians” (PoC) Sites. **UNMISS**, Juba, Jul. 2018. Disponível em: https://unmiss.unmissions.org/sites/default/files/poc_update_202_-_3_july_2018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

VIEIRA, Victor. From third world theory to belt and road initiative: international aid as a chinese foreign policy tool. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 3, 2019.

VILLA; Rafael D.; JENNE, Nicole. By all necessary means? Emerging powers and the use of force in peacekeeping. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n. 3, p. 407-431, 2020.

VOA. IGAD: More Mediators to be Added to South Sudan Peace Talks. **Voa News**, Washington DC, Jun. 2015. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/south-sudan-igad-plus-peace-talks-us-china-/2817382.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

WAAL, Alex de. When kleptocracy becomes insolvent: brute causes of the civil war in South Sudan. **African Affairs**, v. 113, n. 152, p. 347-369, 2014.

WEISS, Thomas G. **Humanitarian intervention**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

WONG, Kwok C. The rise of China’s developmental peace: can an economic approach to peacebuilding create sustainable peace?. **Global Society**, v. 35, n. 4, p. 522-540, 2021.

WONG, Kwok Chung; LI, Fujian. Rise of China’s developmental peace: prospects for Asian hybrid peacebuilding. In: UESUGI, Yuji; DEEKELING, Anna; UMEYAMA, Sophie S. et al. **Operationalisation of hybrid peacebuilding in Asia: from theory to practice**. Palgrave Macmillan, 2021. p. 127-157.

WORLD BANK. China. **World Bank**, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em: 13 abr. 2023.

WSJ. China Discovers the Price of Global Power: Soldiers Returning in Caskets. **Wall Street Journal**, New York, Nov. 2016. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/china-discovers-the-price-of-global-power-soldiers-returning-in-caskets-1479250248>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WU, Lunting. Rising powers and global governance: dissecting the dynamics between Brazil and China. **CEBRI**, v. 1, n. 2, p. 112-134, 2022.

WUTHNOW, Joel. PLA Operational Lessons from UN Peacekeeping. In: WUTHNOW, Joel; DING, Arthur S; SAUNDERS, Philip C. et al. **The PLA beyond borders: chinese**

military operations in regional and global context. Washington: National Defense University Press, 2021. p. 235-262.

WUTHNOW, Joel; LI, Xin; QI Lingling. Diverse multilateralism: four strategies in China's multilateral diplomacy. **Journal of Chinese Political Science**, v. 17, p.269-290, 2012.

XINHUA. **China apoia reforma razoável do Conselho de Segurança da ONU, diz enviado**. Xinhua Português, Pequim, Nov. 2019. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-11/26/c_138584001.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

XINHUA. **Chinese medical team praised for providing health services in South Sudan**. Xinhua, Beijing, Mar. 2023. Disponível em: <https://english.news.cn/africa/20230323/b449f7b1ca534acda2c3fe0c9a5007d5/c.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

XINHUA. **Feature: How Chinese pharma helps Mali build drug manufacturing capability**. Xinhua, Beijing, Apr. 2023. Disponível em: <https://english.news.cn/africa/20230427/0f08efeb031a449297ed52256f022de9/c.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

XINHUA. **South Sudanese officials hail Chinese-built road for transforming livelihoods**. Xinhua, Beijing, Oct. 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20221001/66b7b897cb654bf8844e4a6957351b82/c.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

XUEJUN, Wang. Developmental peace: understanding China's Africa policy in peace and security. In: ALDEN, Chris; ALAO, Abiodun; CHUN, Zhang. et al. **China and Africa**. Palgrave Macmillan, 2018. p. 67-82.

YAGOOB, Adam Hessaim; ADAM, Hadia Osman; TING, Zuo. Evaluation of foreign aid from China on Sudan's economic development process. **Developing Country Studies**, v. 5, n. 8, p. 28-36, 2015.

YANG, Zhen Fa. Opportunities and challenges in petroleum cooperation between China and South Sudan (中国与南苏丹石油合作的机遇与挑战). **West and Africa**, v. 3, p. 90-107, 2012.

YE, Min; LI, Quan. Proof of greatness or evidence of modesty? A comparative analysis of China's participation in UN peacekeeping operations. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 13,n. 1, p. 135-162, 2019.

YEUNG, Yue-man; LEE, Joanna; KEE, Gordon. China's special economic zones at 30. **Eurasian Geography and Economics**, v. 50, n. 2, p. 222-240, 2009.

YI, Wang. **China Today: A Proud Member of the Global Community**. New York, Sep. 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201909/t20190928_678779.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

YI, Wang. **Opening a new chapter of UN peacekeeping to honor our shared commitments to peace**. New York, Sep. 2018. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/201809/t20180927_468688.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

YI, Wang. **Peace and security in Africa: addressing root causes of conflict in post-pandemic recovery in Africa**. Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Botswana. Gaborone, May.. 2021. Disponível em: http://bw.china-embassy.gov.cn/eng/zfgx/202105/t20210520_9054615.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

YIN, He. China rising and its changing policy on UN peacekeeping. In: CONING, Cedric; PETER, Mateja. **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order**. Palgrave, 2019. p. 253-276.

YIN, He. Developmental peace: Chinese approach to U.N. peacekeeping and peacebuilding. **The Journal of International Studies**, v. 38, n. 4, p. 10-32, 2017.

YIN, He. Normative competition and complementation: a case study of peacebuilding (规范竞争与互补: 以建设和平为例). **World Economics and Politics**, v. 4, p. 105-121, 2014.

YUAN, Xinyu. Chinese pathways to peacebuilding: from historical legacies to contemporary practices. **Pathways to Peace and Security**, v. 1, n. 58, p. 26-45, 2020.

YUAN, Xinyu. The chinese approach to peacebuilding: contesting liberal peace?. **Third World Quarterly**, v. 43, n. 7, p. 1798-1816, 2022.

ZAMBAKARI, Christopher. Challenges of liberal peace and statebuilding in divided societies. **Conflict Trends**, v. 4, p.18-25, 2016.

ZAWYA. United Nations mission in South Sudan (UNMISS): Peacekeepers from China hand over rehabilitated key road in Warrap-Unity-Abyei region. **Zawya**, Dubai, Mar. 2023. Disponível em: <https://www.zawya.com/en/press-release/africa-press-releases/united-nations-mission-in-south-sudan-unmiss-peacekeepers-from-china-hand-over-rehabilitated-key-road-in-rrgwi780>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ZHANG, Chun. Emerging alternative? China's developmental peace approach in South Sudan. In: HARTMANN, Christof; NOESSELT, Nele. **China's new role in African politics from non-intervention towards stabilization?**. Routledge, 2020.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'. **Global Change, Peace & Security**, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2015.

ZHANG, Shenghao. Trade potential and UN peacekeeping participation. **International Peacekeeping**, v. 29, n. 1, p. 57-84, 2022.

ZHANG, Yongjin; BUZAN, Barry. China and the global reach of human rights. **The China Quarterly**, v. 241, p. 169-190, 2020.

ZOU, Yizheng; LEE, Jones. China's response to threats to its overseas economic interests: softening non-interference and cultivating hegemony. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 121, p. 92-108, 2019.

ZURCHER, Christoph. China as a peacekeeper—past, present, and future. **International Journal**, v. 75, n. 2, p. 123-143, 2020.